Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
	SALDO ANTERIOR			R$ 66.564.845,68
4.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 944.215,49	
5.7.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – junho/2018 - CMRJ	R$ 472.724,02		
5.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 159.998,55	
6.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 55.518,63	
9.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 17.018,35	
10.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 167.287,72	
12.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 636.094,41	
16.7.2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores – Junho/2018	R$ 447,97		
18.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 736.457,55	
23.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 158.924,16	
24.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 77.020,54	
26.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 768.162,81	
31.7.2018	Receita de Serviços (cópias)	R$ 118,20		
31.7.2018	Receita de Serviços (cópias)	R$ 21,00		
31.7.2018	Despesa Orçamentária		R$ 317.848,32	
31.7.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – Julho/2018 - FECMRJ	R$ 345.771,81		
	TOTAL - JULHO/2018	**R$ 819.083,00**	**R$ 4.038.546,53**	**R$ 63.345.382,15**
1.8.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 156,90		
1.8.2018	Pagamento de restos a pagar		R$ 33.449,15	
2.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 233.631,75	
3.8.2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores – Julho/2018	R$ 432,97		
3.8.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – Julho/2018 - CMRJ	R$ 490.597,95		
6.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 658.936,81	
7.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 84.233,42	
8.8.2018	Estorno de pagamento	R$ 54.238,57		
8.8.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 15,40		
8.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 108.477,14	
9.8.2018	Receita de serviços (cópias) – Proc. 0173/2018	R$ 41,00		
14.8.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 2,06		
14.8.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 11,78		
15.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 23.276,37	
16.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 8.666,67	
23.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 1.115.926,84	
30.8.2018	Pagamentos de restos a pagar		R$ 1.496.224,00	
30.8.2018	Despesa orçamentária		R$ 158.924,16	
31.8.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – Agosto/2018 - FECMRJ	R$ 347.536,63		
	TOTAL – AGOSTO/2018	**R$ 893.033,26**	**R$ 3.921.746,31**	**R$ 60.316.669,10**

0604

PROJETO Nº 319/18
DE: CÂMARA
FLS. 602

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA-GERAL
SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL

Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ)				
(Terceiro Trimestre de 2018)				
Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
3.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 341.242,66	
4.9.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 14,16		
4.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 782.886,19	
5.9.2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores – Agosto/2018	R$ 418,97		
5.9.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – Agosto/2018 - CMRJ	R$ 497.492,41		
5.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 802.785,09	
6.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 59.155,51	
11.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 601.829,86	
11.9.2018	Pagamento de restos a pagar		R$ 1.444,38	
13.9.2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 134,40		
13.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 3.128,34	
14.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 487,78	
18.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 22.650,00	
19.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 77.261,66	
20.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 159.719,70	
24.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 3.475,37	
25.9.2018	Despesa Orçamentária		R$ 210.840,00	
30.9.2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras – Setembro/2018 - FECMRJ	R$ 268.201,55		
	TOTAL – SETEMBRO/2018	**R$ 766.261,49**	**R$ 3.066.906,54**	**R$ 58.016.024,05**

FONTE: EXTRATOS BANCÁRIOS DOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO/2018.

VICTOR DE CARVALHO P. PROENÇA RAFAEL CABRAL RIBEIRO
Analista Legislativo Contador-Geral
CRC-RJ nº 117.108 CRC-RJ nº 074.504
Matr.: 10/814.857-9 Matr.: 31/814.351-3

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018

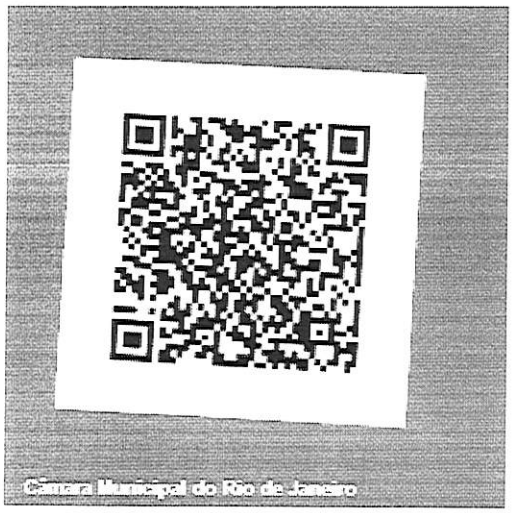
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 19/10/2018

Composição da Mesa Diretora	Jorge Felippe (Presidente); Tânia Bastos (1º Vice-Presidente); Zico (2º Vice-Presidente); Carlo Caiado (1º Secretário) ; Felipe Michel (2º Secretário em exercício).
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Tânia Bastos

PROC.COMIS. 3191
DE: 03/06/14
Fls. 603

2º Vice-Presidente	Não assinou
1º Secretário	Carlo Caiado
2º Secretário	Não assinou

Topo



0606

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA-GERAL
SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL

Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ)
(Quarto Trimestre de 2018)

Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
	SALDO ANTERIOR			**R$ 58.016.024,05**
02/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 853.377,51	
03/10/2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores - setembro/2018	R$ 422,47		
03/10/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - setembro/2018 - CMRJ	R$ 424.369,79		
03/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 263.879,55	
03/10/2018	Pagamento de restos a pagar		R$ 996.800,00	
04/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 587.362,06	
04/10/2018	Pagamento de restos a pagar		R$ 123.200,00	
08/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 168.445,75	
09/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 17.400,00	
10/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 101.742,78	
11/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 69.138,75	
15/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 158.924,16	
18/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 119.193,11	
23/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 89.922,75	
24/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 2.682,02	
30/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 82.546,07	
31/10/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 24,00		
31/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ 309.571,01	
31/10/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - outubro/2018 - FECMRJ	R$ 295.255,95		
	TOTAL - OUTUBRO/2018	**R$ 720.072,21**	**R$ 3.944.185,52**	**R$ 54.791.910,74**
01/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 464.639,55	
06/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 829.320,97	
07/11/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 7,92		
07/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 356.706,58	
08/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 511.928,23	
09/11/2018	Estorno de pagamento	R$ 58.882,10		
09/11/2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores - outubro/2018	R$ 427,47		
09/11/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - outubro/2018 - CMRJ	R$ 532.577,73		
09/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 117.764,20	
12/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 382.491,78	
14/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 19.643,12	
21/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 20.576,37	
22/11/2018	Despesa orçamentária		R$ 2.952,56	
23/11/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 5,61		
30/11/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - novembro/2018 - FECMRJ	R$ 256.086,16		
	TOTAL - NOVEMBRO/2018	**R$ 847.986,99**	**R$ 2.706.023,36**	**R$ 52.933.874,37**

PROCURADORIA GERAL
DE CONTROLE
Fls. 604

0607

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA-GERAL
SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL

Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ)
(Quarto Trimestre de 2018)

Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
04/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 875.728,37	
05/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 5,61		
05/12/2018	Receita de convênio com bancos/empréstimos consignados de servidores - novembro/2018	R$ 409,43		
05/12/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - novembro/2018 - CMRJ	R$ 517.567,41		
05/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 285.478,01	
05/12/2018	Despesa extra-orçamentária		R$ 40.000.000,00	
06/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 576.977,52	
07/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 6,91		
10/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 83.374,84	
11/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 487.383,66	
12/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 25,03		
12/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 12.544,72	
13/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 5,60		
13/12/2019	Despesa orçamentária		R$ 29.355,11	
18/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 20,13		
19/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 31.997,50	
20/12/2018	Receita (cancelamento de restos a pagar)	R$ 151.883,91		
20/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 29.003,63	
26/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 2.675,80	
27/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 118.035,07	
31/12/2018	Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras - dezembro/2018 - FECMRJ	R$ 84.621,26		
	TOTAL - DEZEMBRO/2018	**R$ 754.545,29**	**R$ 42.532.554,23**	**R$ 11.155.865,43**

FONTE : EXTRATOS BANCÁRIOS DOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO/2018.

CELSO VALENTIM M. DA COSTA
Chefe do Serviço de Controle Contábil
CRC-RJ nº 050.125
Matr.: 12/803.754-1

RAFAEL CABRAL RIBEIRO
Contador-Geral
CRC-RJ nº 074.504
Matr.: 31/814.351-3

PROCESSO Nº 21/11/19
DE: 0608
FLS.

0608

PROC.CMRJ 340/19
DE: 23/06/19
FLS. 606

VOLTAR Final do Documento

Número da Resolução	9973
Ano da Resolução(AAAA)	2019
Data da Resolução	Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019
Ementa da Resolução	REPUBLICAR A RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9969/2019, QUE APROVA O DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO-FECMRJ, REFERENTE AO QUARTO TRIMESTRE DE 2018
Data de publicação do DCM	05/02/2019
Observação	
Estado da Resolução	Em vigor

Texto da Resolução:

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9973 DE 2019

"REPUBLICAR A RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9969/2019, QUE APROVA O DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO-FECMRJ, REFERENTE AO QUARTO TRIMESTRE DE 2018"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no § 2º do artigo 7º da Lei nº 5.131/2009, e inciso VIII do artigo 2º, da RMD nº 7.297/2010, tendo em vista o que consta do processo de nº CMRJ 340/2019,

R E S O L V E:

Art. 1º - Republicar a Resolução da Mesa Diretora nº 9969/2019 que aprova o demonstrativo da movimentação financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – FECMRJ, referente ao quarto trimestre do exercício de 2018, na forma do Anexo.

Parágrafo Único – O referido demonstrativo da movimentação financeira será republicado no DCM da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e disponibilizado, para acesso ao público, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 7º da Lei nº 513/2009 e inciso VIII do artigo 2º da RMD nº 7297/2010.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA-GERAL
SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL

Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ)
(Quarto Trimestre de 2018)

Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
	SALDO ANTERIOR			R$ 52.016.024,05
01/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
01/10/2018	Receita de convenio com bancos/emprestimos consignados de servidores - setembro/2018	R$ 422,47		
02/10/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - setembro/2018 - CMRJ	R$ 434.869,79		
03/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
04/10/2018	Pagamento de restos a pagar		R$ [illegible]	
04/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
04/10/2018	Pagamento de restos a pagar		R$ [illegible]	
09/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
10/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
10/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
11/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
11/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
12/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/10/2018	Receita de serviços (postal)	R$ 24,00		
15/10/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/10/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - out. bro/2018 - FECMRJ	R$ 285.750,68		
	TOTAL - OUTUBRO/2018	R$ 720.072,21	R$ 3.944.356,52	R$ 48.791.910,74
01/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
01/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
02/11/2018	Desconto de serviços (postais)	R$ 0,92		
02/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
05/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
06/11/2018	Pagamento de restos a pagar	R$ 58.487,13		
08/11/2018	Receita de convenio com bancos/emprestimos consignados de servidores - outubro/2018	R$ 427,47		
09/11/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - outubro/2018 - CMRJ	R$ 442.227,73		
09/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
13/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
14/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
15/11/2018	Despesa Orçamentária		R$ [illegible]	
16/11/2018	Receita de serviços (postais)	R$ 0,07		
30/11/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - novembro/2018 - FECMRJ	R$ 356.316,16		
	TOTAL - NOVEMBRO/2018	R$ 847.986,99	R$ 2.736.753,16	R$ 52.903.374,37

0609

PROC.ICMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 607

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA-GERAL
SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL

Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ)
(Quarto Trimestre de 2018)

Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
04/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 975.226,37	
05/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 5,61		
05/12/2018	Receita de convênio com banco-/empréstimos consignados de servidores - novembro/2018	R$ 409,43		
05/12/2018	Receita de rendimentos de aplicações financeiras - novembro/2018 - CMRJ	R$ 517.567,41		
05/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 285.478,01	
05/12/2018	Despesa extra-orçamentaria		R$ 40.000.000,00	
06/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 576.977,52	
07/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 6,91		
10/12/2018	Despesa orçamentaria		R$ 83.374,84	
11/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 487.383,65	
12/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 25,03		
12/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 12.544,72	
13/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 5,60		
13/12/2019	Despesa orçamentaria		R$ 29.355,11	
18/12/2018	Receita de serviços (cópias)	R$ 20,13		
19/12/2019	Despesa orçamentaria		R$ 31.087,50	
20/12/2018	Receita (cancelamento de restos a pagar)	R$ 151.883,91		
20/12/2018	Despesa orçamentaria		R$ 29.003,03	
26/12/2018	Despesa orçamentaria		R$ 2.675,80	
27/12/2018	Despesa orçamentária		R$ 18.035,07	
31/12/2018	Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras - dezembro/2018 - FECMRJ	R$ 84.621,26		
	TOTAL - DEZEMBRO/2018	R$ 754.545,29	R$ 42.532.554,23	R$ 11.155.86

(NOTA: EXTRATOS BANCÁRIOS DOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO/2018

Victor de Carvalho Pimenta Proença
Analista Contábil
CRC RJ nº 117.108
Matr.: 10/814.857-9

RAFAEL CABRAL RIBEIRO
Contador-Geral
CRC-RJ nº 074.504
Matr.: 31/814.351-3

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 05/02/2019

Composição da Mesa Diretora	Jorge Felippe (Presidente); Tânia Bastos (1º Vice-Presidente); Zico (2º Vice-Presidente); Carlo Caiado (1º Secretário) ; Rocal (2º Secretário).
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Tânia Bastos
2º Vice-Presidente	Não assinou
1º Secretário	Carlo Caiado
2º Secretário	Rocal

Topo



0610

Proc./CMRJ 3911/19
DE: 03/06/19
Fls.: 607

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PLANO DE APLICAÇÃO - FECMRJ

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

PROC.ICMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 609

DCM
Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9915 DE 2018

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica revogada a Resolução da Mesa Diretora nº 9870/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

JORGE FELIPPE
Presidente

TÂNIA BASTOS
1ª Vice-Presidente

ZICO
2º Vice-Presidente

CARLO CAIADO
1º Secretário

CLÁUDIO CASTRO
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9916 DE 2018

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no § 3º do artigo 5º da Lei 5.131/2009 e inciso IX do artigo 2º da RMD nº 7297/2010,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ, referente ao exercício de 2018.

Parágrafo único - O referido plano de aplicação será publicado no DCM da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e disponibilizado para acesso ao publico.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

JORGE FELIPPE
Presidente

TÂNIA BASTOS
1º Vice-Presidente

CARLO CAIADO
1º Secretario

CLÁUDIO CASTRO
2º Secretário

ANEXO DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9916 DE 2018

Plano de Aplicação e Utilização de Recursos do Fundo em 2018
(§ 3º do Art. 5º da Lei 5.131/2009)

Despesa	% de Aplicação	Valor R$
Aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóveis, materiais e equipamentos destinados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais.	4,85	3.000.000,00
Aquisição de serviço, material e outras despesas de custeio que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal.	37,21	23.000.000,00
Despesas relativas a programas ou projetos que visem à redução da despesa de pessoal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.	15,04	9.300.000,00
Outras despesas previstas na Lei 5.131/2009.	42,90	26.517.986,76
Plano de Aplicação 2018	100%	R$ 61.817.986,76(1)

OBS (1): Saldo Financeiro do FECMRJ em 31.12.2017 mais economia financeira da CMRJ referente ao exercício de 2017, menos Restos a Pagar FECMRJ inscritos em 2017.

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9917 DE 2018

ALTERA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS GESTOR E OPERACIONAL DO eSOCIAL NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da Composição dos Comitês Gestor e Operacional do eSocial criado pela Resolução da Mesa Diretora nº 9665 de 2017;

CONSIDERANDO que a dinâmica de implantação do eSocial requer agilidade da Câmara Municipal para conformar situações que podem impactar na sua implantação;

R E S O L V E:

Art. 1º O Comitê Gestor do eSocial de que trata o § 1º do art. 1º da Resolução da Mesa Diretora nº 9.695 de 2017 será constituído pelos titulares ou representantes das seguintes unidades:

I - Primeira Secretaria da Mesa Diretora, a quem caberá a coordenação dos trabalhos;
II - Diretoria-Geral de Administração;
III - Controladoria Geral;
IV - Assessoria de Informatica e Modernização Administrativa.



0612

Proc.JCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 610

VOLTAR Final do Documento

Número da Resolução	9916
Ano da Resolução(AAAA)	2018
Data da Resolução	Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018
Ementa da Resolução	Aprovar o Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ, referente ao exercício de 2018.
Data de publicação do DCM	26/09/2018
Observação	
Estado da Resolução	Em vigor

Texto da Resolução:

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9916 DE 2018

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no § 3° do artigo 5° da Lei 5.131/2009 e inciso IX do artigo 2° da RMD nº 7297/2010,

R E S O L V E:

Art. 1 ° Aprovar o Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ, referente ao exercício de 2018.

Parágrafo único - O referido plano de aplicação será publicado no DCM da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e disponibilizado para acesso ao público.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

0613

ANEXO DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9916 DE 2018

PROC.TCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 611

Plano de Aplicação e Utilização de Recursos do Fundo em 2018 (§ 3º do Art. 5º da Lei 5.131/2009)

Despesa	% de Aplicação	Valor R$
Aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóveis, materiais e equipamentos destinados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais.	4,85	3.000.000,00
Aquisição de serviço, material e outras despesas de custeio que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal.	37,21	23.000.000,00
Despesas relativas a programas ou projetos que visem à redução da despesa de pessoal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.	15,04	9.300.000,00
Outras despesas previstas na Lei 5.131/2009.	42,90	26.517.986,76
Plano de Aplicação 2018	100%	R$ 61.817.986,76(1)

OBS (1): Saldo Financeiro do FECMRJ em 31.12.2017 mais

0614

economia financeira da CMRJ referente ao exercício de 2017, menos Restos a Pagar FECMRJ inscritos em 2017.

Proc./CMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 612

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 26/09/2018

Composição da Mesa Diretora	Jorge Felippe (Presidente); Tânia Bastos (1º Vice-Presidente); Zico (2º Vice-Presidente); Carlo Caiado (1º Secretário) ;Cláudio Castro (2º Secretário).
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Tânia Bastos
2º Vice-Presidente	Zico
1º Secretário	Carlo Caiado
2º Secretário	Cláudio Castro

Topo



0615

Proc./TCMRJ 3151/19
DE: 03/06/19
Fls.: 613

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATAS / PARECER DO CONSELHO FISCAL - FECMRJ

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

Proc.ICMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 614

Proc.ICMRJ 2396/18
DE: 08/05/18
Fls.: 06

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, RELATIVA AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Controladoria-Geral desta Casa Legislativa, em sua primeira reunião ordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.498 de 29 de março de 2017, sob a presidência do Conselheiro Vinícius Costa Rocha Viana, presentes, ainda, os Conselheiros Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Geraldo de Abreu Júnior e Mônica do Nascimento Simone. Abertos os trabalhos, o Conselheiro Presidente distribuiu cópia dos seguintes documentos para análise: Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial relativo ao primeiro trimestre de 2018 (Proc. 1967/2018, aprovado pela RMD nº 9.764/2018, publicado no DCM de 20/04/2018) e extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, o primeiro documento analisado foi o Demonstrativo de Movimentação Financeira, relativo ao primeiro trimestre de 2018, que evidencia um decréscimo financeiro de R$ 15.433.962,49, decorrente da diferença entre o saldo inicial (01/01/2018) de R$ 86.864.740,39 e o saldo final (31/03/2018) de R$ 71.430.777,90. O Conselheiro Presidente destacou que o decréscimo foi decorrente do Resultado Líquido do pagamento de Despesas Orçamentárias de R$ 9.896.533,69, e de Restos a Pagar, no valor de R$ 7.731.256,99, pelo ingresso de Receitas de ganhos com Aplicação Financeira de R$ 2.136.367,48, de Receitas provenientes de Convênio com bancos referentes a empréstimos consignados de servidores, no montante de R$ 2.009,06, de receita de Estorno ao Pagamento de Restos a Pagar, no valor total de R$ 55.405,69 e de Outras Receitas, no valor de R$ 45,96. Em prosseguimento, o Conselheiro Geraldo perguntou se o Plano de Aplicação Financeira relativo ao exercício de 2018 já tinha sido publicado pela Mesa Diretora. Em resposta, o Conselheiro Presidente informou que até o momento não ocorreu a publicação do citado documento. Por fim, a Conselheira Mônica indagou se os recursos provenientes da economia orçamentária da CMRJ no exercício de 2017 (R$ 4.365.267,35) já tinham sido transferidos para o FECMRJ. Em resposta, o Conselheiro Antonio Cesar respondeu que a transferência da economia orçamentária ainda não havia sido realizada. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às dezoito horas encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Andréia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em quinze de maio de dois mil e dezoito.

Vinícius Costa Rocha Viana
Presidente

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Conselheiro

Mônica do Nascimento Simone
Conselheiro

Geraldo de Abreu Júnior
Conselheiro

Andréia Agresta Corrêa
Secretário "ad hoc"

III – CONCLUSÃO

:omissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, ı em 14 de maio de 2018, aprovou o parecer do Relator. or Rafael Aloisio Freitas, FAVORÁVEL ao Projeto de 166/2017 de autoria do Senhor Vereador Felipe Michel.

da Comissão, 14 de maio de 2018.

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
Presidente

Vereador ÁTILA ALEXANDRE NUNES
Vice-Presidente Interino

Vereador PAULO PINHEIRO
Vogal

Atas

Municipal de Defesa do Consumidor

EIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MUNICI-A DO CONSUMIDOR, REALIZADA NO DIA SETE DE MIL E DEZOITO.

nês de maio de dois mil e dezoito, às catorze horas, na Sala do ımara Municipal do Rio de Janeiro, em sua Terceira Reunião unda Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, reuniu-se a ıpal de Defesa do Consumidor, sob a presidência da Senhora Lins, presentes, ainda, o Senhor Vereador Inaldo Silva, Vice-ereador Dr. Jorge Manaia, Vogal. Abertos os trabalhos, a Se- Vereadora Vera Lins, levou ao conhecimento de seus pares o itinerantes a serem realizadas por esta Comissão durante o ano. , e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às catorze ıutos, encerrou-se a reunião. Para constar, eu, Bianca Menezes ro, Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e :, vai assinada por mim, pela Senhora Presidente, Vereadora :mais membros da Comissão: Vereador Inaldo Silva, Vice-ereador Dr. Jorge Manaia, Vogal. Rio de Janeiro, sete de maio :oito.//

Vereadora VERA LINS
Presidente

Vereador INALDO SILVA
Vice-Presidente

Vereador DR. JORGE MANAIA
Vogal

BIANCA MENEZES RODRIGUES AMPARO
Secretária "ad hoc"

Defesa Civil

:TA REUNIAO ORDINARIA DA COMISSAO PERMANEN-A CIVIL EM REUNIÃO REALIZADA NO DIA SETE DE MIL E DEZOITO.

, e trinta minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e dezoi-erimonial, na sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, reu-ão de Defesa Civil, sob a presidência do Senhor Vereador Zico es, ainda, os Senhores Vereadores Ítalo Ciba, Vice-Presidente e Jones Moura, Vogal. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada, sem restrições, a Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente iniciou a reunião destacando a vistoria feita por essa Comissão à obra emergencial realizada na Praia da Macumba, onde foi possível constatar a finalização das obras de contenção, restando ainda a reconstrução do trecho que compreende a ciclovia e o calçadão com previsão de término no final do mês de maio do corrente ano. O Senhor Vereador Presidente da Comissão franqueou a palavra para o Senhor Vice-Presidente, Ítalo Ciba, que ressaltou a importância de essa Comissão agendar nova visita no mês de junho de forma a acompanhar o término das obras e a devolução da Orla à Comunidade. Retomando a palavra, o Senhor Vereador Zico Bacana registrou em ata o protocolo do requerimento de informações de número novecentos e cinquenta e sete do ano de dois mil e dezoito dessa Comissão à Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente – SECONSERMA, referente à conservação dos viadutos e passarelas do Município do Rio de Janeiro, e destacou a importância dessa Comissão para criar um plano de trabalho após o recebimento das informações. Não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra, às quinze horas e cinco minutos o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Welinton Maciel, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e subscrita pelos senhores membros da Comissão. Rio de Janeiro, sete de maio do ano de dois mil e dezoito.//

Vereador ZICO BACANA
Presidente

Vereador ÍTALO CIBA
Vice-Presidente

Vereador JONES MOURA
Vogal

WELINTON MACIEL
Secretário "ad hoc"

Proc.ICMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 615

COMISSÕES Temporárias

Atas

CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, RELATIVA AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Controladoria-Geral desta Casa Legislativa,: em sua primeira reunião ordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.498 de 29 de março de 2017, sob a presidência do Conselheiro Vinícius Costa Rocha Viana, presentes, ainda, os Conselheiros Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Geraldo de Abreu Júnior e Mônica do Nascimento Simone. Abertos os trabalhos, o Conselheiro Presidente distribuiu cópia dos seguintes documentos para análise: Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial relativo ao primeiro trimestre de 2018 (Proc. 1967/2018, aprovado pela RMD nº 9.764/2018, publicado no DCM de 20/04/2018) e extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, o primeiro documento analisado foi o Demonstrativo de Movimentação Financeira, relativo ao primeiro trimestre de 2018, que evidencia um decréscimo financeiro de R$ 15.433.962,49, decorrente da diferença entre o saldo inicial (01/01/2018) de R$ 86.864.740,39 e o saldo final (31/03/2018) de R$ 71.430.777,90. O Conselheiro Presidente destacou que o decréscimo foi decorrente do Resultado Líquido do pagamento de Despesas Orçamentárias de R$ 9.896.533,69, e de Restos a Pagar, no valor de R$ 7.731.256,99, pelo ingresso de Receitas de ganhos com Aplicação Financeira de R$ 2.136.367,48, de Receitas provenientes de Convênio com bancos referentes a empréstimos consignados de servidores, no montante de R$ 2.009,06, de receita de Estorno ao Pagamento

0618

Proc./CMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 016

Proc./CMRJ 4407/18
DE: 10/09/18
Fls.. 05

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, RELATIVA AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, em sua segunda reunião ordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.498, de 29 de março de 2017, sob a presidência do Conselheiro Vinícius Costa Rocha Viana, presentes, ainda, os Conselheiros Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Geraldo de Abreu Júnior e Mônica do Nascimento Simone. Abertos os trabalhos, o Conselheiro Presidente distribuiu cópia dos seguintes documentos para análise: Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial relativo ao segundo trimestre de 2018 (Proc. 3445/2018, aprovado pela RMD nº 9.863 de 2018, publicada no DCM de 27/07/2018) e extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, o primeiro documento analisado foi o Demonstrativo de Movimentação Financeira, relativo ao segundo trimestre de 2018, que evidencia um decréscimo financeiro de R$ 4.865.932,22, decorrente da diferença entre o saldo inicial (01/04/2018) de R$ 71.430.777,90 e o saldo final (30/06/2018) de R$ 66.564.845,68. O Conselheiro Presidente destacou que o decréscimo foi decorrente do Resultado Líquido dos pagamentos de Despesas Orçamentárias de R$ 8.643.228,76 e de Restos a Pagar, no valor de R$ 3.808.595,13, pelos ingressos de Receitas com Aplicação Financeira de R$ 2.336.832,39, Receitas provenientes de Convênio com bancos referentes a empréstimos consignados de servidores, no montante de R$ 1.502,36, Transferência de Economia Financeira da CMRJ de 2017, no valor de R$ 4.365.267,35, Transferências dos cancelamentos de Restos a Pagar de R$ 881.953,41, e Outras Receitas, no valor de R$ 336,16. Em prosseguimento, o Conselheiro Geraldo indagou quando os recursos provenientes da economia financeira de 2017 foram transferidos para o FECMRJ. Em resposta, o Conselheiro Antonio Cesar respondeu que a referida transferência ocorreu em 15/05/2018, conforme extrato bancário de maio/2018. Em sequência, a Conselheira Mônica perguntou se o Plano de Aplicação Financeira relativo ao exercício de 2018 já tinha sido publicado pela Mesa Diretora. Em resposta, o Conselheiro Presidente informou que até o momento não ocorreu a publicação do citado documento.Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às dezoito horas encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Andréia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em dezenove de setembro de dois mil e dezoito.

Vinícius Costa Rocha Viana
Presidente

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Conselheiro

Mônica do Nascimento Simone
Conselheiro

Geraldo de Abreu Júnior
Conselheiro

Andréia Agresta Corrêa
Secretário "ad hoc"

0619

egistra-se a
terino, por
Presidente
m analisa-
pareceres:
ao Proje-
dor David
de Lei nº
ichel; pela
405/2017,
IÇÃO AO
autoria do
AO VETO
do Senhor
O TOTAL
Vereador
L do Pro-
dora Rosa
Projeto de
s Átila A.
do Proje-
or Leonel
eto de Lei
sio de
de Lei
ns; pela
587/2015,
Freitas e
o Projeto
Átila A.
to de Lei
rlos Edu-
o de Lei
or Adal-
de Lei nº
nco; pela
06/2017,
EJEIÇÃO
utoria do
O VETO
o Senhor
OTAL do
Vereado-
O VETO
Senhor
TAL do
or Mar-
to de Lei
aia; pela
67/2017,
JEIÇÃO
autoria
CIONA-
2018, de
lo NÃO
dência à
autoria
votação,
havendo
ncerrou-
Batista
nte Ata
n e pelo
Janeiro,
//////////

VALHO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Especiais

Atas

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 1426/2018, "COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR AS OBRAS INACABADAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO" REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos, na Sala do Cerimonial, reuniram-se os Senhores Vereadores Fernando William, Rosa Fernandes e Teresa Bergher, membros da "COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR AS OBRAS INACABADAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO", instituída pela Resolução nº 1.426/2018. Abertos os trabalhos, sob a Presidência do Vereador Fernando William, na forma regimental, e, tendo em vista, novamente, a ausência da então Secretária Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, Senhora Verena Vicentini Andreatta, os Vereadores presentes acordaram em convidar também e, mais uma vez, o Senhor Sebastião Bruno, atual Secretário Municipal de Insfraestrutura e Habitação para a próxima reunião, através de Ofício. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às quinze horas. Para constar, eu, Flávia de Santo Antonio Lima, Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e subscrita pelos senhores membros da Comissão. Rio de Janeiro, sete de agosto de dois mil e dezoito. //

Vereador FERNANDO WILLIAM
Presidente

Vereadora ROSA FERNANDES
Vice-Presidente

Vereadora TERESA BERGHER
Relatora

FLÁVIA DE SANTO ANTONIO LIMA
Secretária "ad hoc"

Proc./CMRJ 3191/19
03/06/19
Fls.: 617

Conselho Fiscal

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, RELATIVA AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, em sua segunda reunião ordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.498, de 29 de março de 2017, sob a presidência do Conselheiro Vinícius Costa Rocha Viana, presentes, ainda, os Conselheiros Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Geraldo de Abreu Júnior e Mônica do Nascimento Simone. Abertos os trabalhos, o Conselheiro Presidente distribuiu cópia dos seguintes documentos para análise: Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial relativo ao segundo trimestre de 2018 (Proc. 3445/2018, aprovado pela RMD nº. 9.863 de 2018, publicada no DCM de 27/07/2018) e extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, o primeiro documento analisado foi o Demonstrativo de Movimentação Financeira, relativo ao segundo trimestre de 2018, que evidencia um decréscimo financeiro de R$ 4.865.932,22, decorrente da diferença entre o saldo inicial (01/04/2018) de R$ 71.430.777,90 e o saldo final (30/06/2018) de R$ 66.564.845,68. O Conselheiro Presidente destacou que o decréscimo foi decorrente do Resultado Líquido dos pagamentos de Despesas Orçamentárias de R$ 8.643.228,76 e de Restos a Pagar, no valor de R$ 3.808.595,13, pelos ingressos de Receitas com Aplicação Financeira de R$ 2.336.832,39, Receitas provenientes de Convênio com bancos referentes a empréstimos consignados de servidores, no montante de R$ 1.502,36, Transferência de Economia Financeira da CMRJ de 2017, no valor de R$ 4.365;267,35, Transferências dos cancelamentos de Restos a Pagar de R$ 881.953,41, e Outras Receitas, no valor de R$ 336,16. Em prosseguimento, o Conselheiro Geraldo indagou quando os recursos provenientes da economia financeira de 2017 foram transferidos para o FECMRJ. Em resposta, o Conselheiro Antonio Cesar respondeu que a referida transferência ocorreu em 15/05/2018, conforme extrato bancário de maio/2018. Em sequência, a Conselheira Mônica perguntou se o Plano de Aplicação Financeira relativo ao exercício de 2018 já tinha sido publicado pela Mesa Diretora. Em resposta, o Conselheiro Presidente informou que até o momento não ocorreu a publicação do citado documento. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às dezoito horas encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Andréia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em dezenove de setembro de dois mil e dezoito.

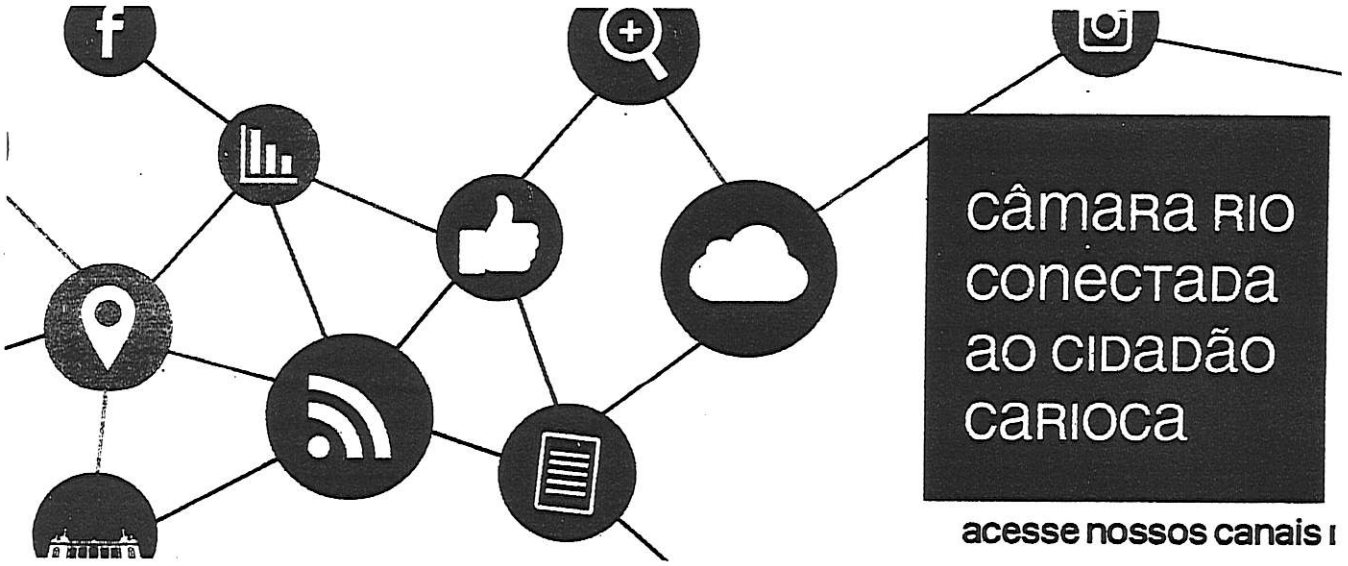
Vinícius Costa Rocha Viana
Presidente

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Conselheiro

Mônica do Nascimento Simone
Conselheiro

Geraldo de Abreu Júnior
Conselheiro

Andréia Agresta Corrêa
Secretário "ad hoc"



0620

Proc./CMRJ 319/16
DE: 03/06/19
Fls.: 614

Proc./CMRJ 1673/19
DE: 14/03/19
Fls.: 06

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – FECMRJ, RELATIVA AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, reuniu-se, em sessão ordinária, o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 10.010 de 13 de março de 2019, sob a presidência do Conselheiro Antonio Cesar Lins Cavalcanti, presentes, ainda, os Conselheiros Vinícius Costa Rocha Viana, Geraldo de Abreu Júnior, Mônica do Nascimento Simone e Andréia Agresta Corrêa. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente distribuiu cópias dos seguintes documentos para análise: Ofício CF nº 001/2019 (Convocação da Reunião do Conselho Fiscal), Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial Relativo ao Terceiro Trimestre de 2018 (aprovado pela RMD nº 9925/2018), Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial Relativo ao Quarto Trimestre de 2018 (aprovado pela RMD nº 9973/2019), Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial referente a 2018 (aprovado pela RMD nº 9.916/2018) e os extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, os primeiros documentos analisados foram os Demonstrativos de Movimentação Financeira, que evidenciam decréscimos financeiros da ordem de R$ 8.548.821,63 no terceiro trimestre e de R$ 46.860.158,62 no quarto trimestre. O Conselheiro Presidente informou que os desembolsos, ocorridos no período examinado (01/07/2018 a 31/12/2018), foram decorrentes de Despesas Orçamentárias e pagamento de Restos a Pagar, totalizando R$ 20.209.962,49, e pela transferência para o Tesouro Municipal, autorizada pelo Decreto Legislativo nº 1.349, de 04/12/2018, no valor de R$ 40.000.000,00, ocorrida em 05/12/2018, para pagamento de despesas de pessoal da área de Saúde, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei 5.131, de 17/12/2009, com nova redação dada pela Lei nº 5.772, de 15/07/2014. O Conselheiro Vinícius também destacou os ingressos de recursos, ocorridos no mesmo período, totalizando R$ 4.800.982,24, decorrentes de: Receita de Restos a Pagar Cancelados, no valor de R$ 151.883,91; ganhos com Aplicações Financeiras, no montante de R$ 4.532.802,67; Receita de Serviços com Cópias, no valor de R$ 615,71; Receita de Convênios com Bancos/Empréstimo Consignado de Funcionários, no total de R$ 2.559,28; e de estornos de pagamento, totalizando R$ 113.120,67. Em prosseguimento, por sugestão do Conselheiro Geraldo Júnior, foi iniciada a análise da execução do Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal referente ao exercício de 2018, e constatado que os desembolsos orçamentários realizados no ano totalizaram R$ 21.649.868,60 (dentre eles R$ 6.829.046,58 para despesas com Programa de Aposentadoria Incentivada), representando 35,02% do valor total previsto (R$ 61.817.986,76) para aplicação no exercício. Além disso, a Conselheira Andreia Agresta ressalta que os R$ 40.000.000,00

transferidos ao Tesouro Municipal, referem-se à despesa extraorçamentária, portanto não prevista no referido Plano de Aplicação. Em seguida, a Conselheira Mônica Simone destaca que do saldo de R$ 29.412.022,45, referente aos Restos a Pagar do FECMRJ, R$ 28.471.049,94 foram pagos no exercício de 2018, dentre eles R$ 20.000.000,00, aproximadamente, para arcar com as despesas relativas ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Conselheira Andreia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove.

Antonio César Lins Cavalcanti
Presidente

Vinícius Costa Rocha Viana
Conselheiro

Mônica do Nascimento Simone
Conselheiro

Geraldo de Abreu Júnior
Conselheiro

Andreia Agresta Corrêa
Conselheiro
Secretário "ad hoc"

PROC. TCMRJ: 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 620

DCM
Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro

Conselho Fiscal

Atas

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, RELATIVA AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, reuniu-se, em sessão ordinaria, o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução da Mesa Diretora nº 10.010 de 13 de março de 2019, sob a presidência do Conselheiro Antonio Cesar Lins Cavalcanti, presentes, ainda, os Conselheiros Vinicius Costa Rocha Viana, Geraldo de Abreu Junior, Mônica do Nascimento Simone e Andreia Agresta Correa. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente distribuiu cópias dos seguintes documentos para análise: Ofício CF nº 001/2019 (Convocação da Reunião do Conselho Fiscal), Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial Relativo ao Terceiro Trimestre de 2018 (aprovado pela RMD nº 9925/2018), Demonstrativo de Movimentação Financeira do Fundo Especial Relativo ao Quarto Trimestre de 2018 (aprovado pela RMD nº 9973/2019), Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial referente a 2018 (aprovado pela RMD nº 9.916/2018) e os extratos bancários da conta do Fundo. Por consenso dos Conselheiros, os primeiros documentos analisados foram os Demonstrativos de Movimentação Financeira, que evidenciam decrescimos financeiros da ordem de R$ 8.548.821,63 no terceiro trimestre e de R$ 46.860.158,62 no quarto trimestre. O Conselheiro Presidente informou que os desembolsos, ocorridos no período examinado (01/07/2018 a 31/12/2018), foram decorrentes de Despesas Orçamentárias e pagamento de Restos a Pagar, totalizando R$ 20.209.962,49, e pela transferência para o Tesouro Municipal, autorizada pelo Decreto Legislativo nº 1.349, de 04/12/2018, no valor de R$ 40.000.000,00, ocorrida em 05/12/2018, para pagamento de despesas de pessoal da área de Saúde, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei 5.131, de 17/12/2009, com nova redação dada pela Lei nº 5.772, de 15/07/2014. O Conselheiro Vinicius também destacou os ingressos de recursos, ocorridos no mesmo período, totalizando R$ 4.800.982,24, decorrentes de: Receita de Restos a Pagar Cancelados, no valor de R$ 151.883,91; ganhos com Aplicações Financeiras, no montante de R$ 4.532.802,67; Receita de Serviços com Cópias, no valor de R$ 615,71; Receita de Convênios com Bancos/Empréstimo Consignado de Funcionários, no total de R$ 2.559,28; e de estornos de pagamento, totalizando R$ 113.120,67. Em prosseguimento, por sugestão do Conselheiro Geraldo Júnior, foi iniciada a analise da execução do Plano de Aplicação e Utilização dos Recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal referente ao exercício de 2018, e constatado que os desembolsos orçamentarios realizados no ano totalizaram R$ 21.649.868,60 (dentre eles R$ 6.829.046,58 para despesas com Programa de Aposentadoria Incentivada), representando 35,02% do valor total previsto (R$ 61.817.986,76) para aplicação no exercício. Além disso, Conselheira Andreia Agresta ressalta que os R$ 40.000.000,00, transferidos ao Tesouro Municipal, referem-se à despesa extraorçamentária, portanto não prevista no referido Plano de Aplicação. Em seguida, a Conselheira Mônica Simone destaca que do saldo de R$ 29.412.022,45, referente aos Restos a Pagar do FECMRJ, R$ 28.471.049,94 foram pagos no exercício de 2018, dentre eles R$ 20.000.000,00, aproximadamente, para arcar com as despesas relativas ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Conselheira Andreia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove.

ANTONIO CESAR LINS CAVALCANTI
Presidente

VINÍCIUS COSTA ROCHA VIANA
Conselheiro

MÔNICA DO NASCIMENTO SIMONE
Conselheiro

GERALDO DE ABREU JÚNIOR
Conselheiro

ANDREIA AGRESTA CORRÊA
Conselheiro
Secretário "ad hoc"

ATOS E DESPACHOS

Mesa Diretora

RESOLUÇÃO "P" DE 26 DE MARÇO DE 2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 8.6.77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

R E S O L V E:

Nº 12770 - EXONERAR CLAUDIANE DE LEMOS LIMA, matrícula nº 60/816.500-3, do Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, do Gabinete da Vereadora Tânia Bastos, com validade a partir de 12 de março de 2019. (Ref. Proc. CM - 1691/2019)

RESOLUÇÃO "P" DE 26 DE MARÇO DE 2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 8.6.77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

R E S O L V E:

Nº 12771 - NOMEAR FABRICIA DOS SANTOS MONTEIRO BORRET, para exercer o Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, no Gabinete da Vereadora Tânia Bastos, com validade a partir de 12 de março de 2019, em vaga decorrente da exoneração de Claudiane de Lemos Lima, matrícula nº 60/816.500-3. (Ref. Proc. CM - 1692/2019)

RESOLUÇÃO "P" DE 26 DE MARÇO DE 2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 8.6.77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

R E S O L V E:

Nº 12772 - EXONERAR LUIZ MAURICIO LEDERMAN, matrícula nº 12/803.767-3, da Função Gratificada de Chefe do Serviço Médico, símbolo CAI-6, da Divisão de Saúde da Diretoria de Pessoal, com validade a partir de 1º de abril de 2019.

RESOLUÇÃO "P" DE 26 DE MARÇO DE 2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 8.6.77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

R E S O L V E:

Nº 12773 - NOMEAR LUANA SOARES CAZZOLA, matrícula nº 10/815.294-4, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço Médico, símbolo CAI-6, na Divisão de Saúde da Diretoria de Pessoal, com validade a partir de 1º de abril de 2019, em vaga decorrente da exoneração de Luiz Mauricio Lederman, matrícula nº 12/803.767-3.

RESOLUÇÃO "P" DE 26 DE MARÇO DE 2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 8.6.77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

R E S O L V E:

Nº 12774 - NOMEAR RODOLFO DE OLIVEIRA PRADO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, símbolo DAS-7, no Gabinete da Vereadora Veronica Costa, com validade a partir de 1º de março de 2019, em vaga decorrente da exoneração de Alexandra de Oliveira, matrícula nº 60/816.131-7.

DESPACHOS DA MESA DIRETORA
(*)EXPEDIENTE DE 28.2.2019

PROC. Nº 5625/15 - CMRJ - de 26.11.15 - A MESA DIRETORA, considerando a manifestação da Diretoria de Finanças, às fls. 794 e o parecer da Assessoria Jurídica às fls. 771/778, todas do processo CMRJ 5625/15, decidiu autorizar a renovação do contrato nº 13/2017, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2019, **bem como a emissão da nota de empenho e respectivas ordens de pagamento, todas** em favor da CMA ELEVADORES LTDA.

A MESA DIRETORA decidiu ainda, autorizar o Excelentíssimo Senhor Presidente a assinar o Termo Aditivo de Contrato respectivo, conforme minuta a ser elaborada pela Assessoria Jurídica. Publique-se.

Encaminhe-se à Diretoria de Finanças, para as providências complementares.

(*)(Republicado por **INCORREÇÃO NO ORIGINAL**, publicado no DCM nº 48, de 15.3.2019, pág. 21, col. 2)

EXPEDIENTE DE 26.3.2019

PROC. Nº 3584/16 – CMRJ – de 27.7.16 - A MESA DIRETORA, considerando as manifestações da Assessoria de Informática e Modernização Administrativa - ASSIMA às fls. 1325 e da Inspetoria-Geral de Finanças, às fls. 1331, ambas do processo CMRJ 3584/16, decidiu autorizar o cancelamento do saldo da Nota de Empenho nº PL - 0146/2018, no valor de R$ 605.141,64 (seiscentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), bem como a suplementação do Empenho Estimativo nº PL 0093/2019, pelo Elemento de Despesa 3.3.90.39-31, no valor de R$ 605.141,64 (seiscentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e quatro centa-

0623

Proc.JCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 21

Proc.JCMRJ 2790/19
DE: 13/05/19
Fls.. 06

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, REALIZADA EM 2019.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral da CMRJ, em sua Primeira Reunião Extraordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nomeado pela Resolução da Mesa Diretora nº 10.010 de 14 de março de 2019, sob a presidência do Conselheiro Antonio Cesar Lins Cavalcanti, presentes, ainda, os Conselheiros Vinícius Costa Rocha Viana, Mônica do Nascimento Simone, Geraldo de Abreu Júnior e Andréia Agresta Corrêa. Abertos os trabalhos, o Presidente informou aos demais conselheiros que **o objetivo da reunião extraordinária é a emissão de parecer sobre a Prestação de Contas do Fundo Especial da Câmara Municipal referente ao exercício financeiro de 2018.** Após uma análise nos documentos relativos à Prestação de Contas do Fundo, os conselheiros, por unanimidade, aprovaram o parecer abaixo. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às dezesseis horas encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Andréia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos demais conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, em vinte de maio de dois mil e dezenove.

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 5.131/09, examinamos as despesas, as receitas, as aplicações e os extratos bancários relativos ao exercício financeiro de 2018 e não identificamos irregularidades ou ilegalidades na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos do Fundo.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Presidente

Vinícius Costa Rocha Viana
Conselheiro

Mônica do Nascimento Simone
Conselheiro

Geraldo de Abreu Júnior
Conselheiro

Andréia Agresta Corrêa
Secretário "ad hoc"
Conselheiro

Proc.ICMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 622

DCM
Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro

haver perguntas. Na sequência o Senhor Presidente dispensou o Senhor Carlos Alberto Andrade Guerra. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente, Vereador Willian Coelho, chamou a próxima testemunha, o Senhor Gustavo Coelho Ribeiro, que se identificou como Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município, ocupando atualmente o cargo de Assessor Técnico Especial da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário do Município. Na sequência, o Senhor Presidente passou a formular suas perguntas e o Senhor Gustavo Coelho Ribeiro as respondeu, as quais serão publicadas na íntegra no DCM, respondeu também as perguntas do Senhor Vereador Paulo Messina e as do Denunciante que foram deferidas. Em seguida, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Procurador da Defesa, o qual formalizou não haver perguntas. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o Senhor Gustavo Coelho Ribeiro que estava dispensado. Então, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por dez minutos. Reiniciada a Audiência, o Senhor Presidente chamou o Senhor Antonio César Lins Cavalcanti, o qual se identificou como Auditor Geral aqui na CMRJ. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passou a formular suas perguntas e o Senhor Antônio César Lins Cavalcanti a respondê-las, sendo todas publicadas na íntegra no DCM, assim como as perguntas do Senhor Vereador Paulo Messina que fez também as perguntas do Denunciante, todas serão publicadas no DCM na íntegra. Na sequência, o Procurador de Defesa formalizou não haver perguntas. Então, o Senhor Presidente dispensou o Senhor Antônio César Lins Cavalcanti, e chamou a Senhora Maria Elisa Dutra Silva Werneck Martins, a qual se identificou e iniciou sua fala repudiando todas as alegações feitas contra ela. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passou a formular suas perguntas e a Sra. Maria Elisa Dutra Silva Werneck Martins a respondê-las, respondendo também as do Senhor Vereador Paulo Messina e as do Denunciante que foram aceitas pelo Presidente da Comissão, assim como as do Procurador de Defesa, todas serão publicadas na íntegra no DCM. Em seguida, o Procurador da Defesa comunicou à Senhora Maria Elisa Dutra Silva Werneck Martins que, provavelmente, a mesma deverá se dispensada de comparecer à oitiva marcada para dia treze de maio, e que deverá fazer a formalização no próprio dia treze de maio. Em seguida o Senhor Presidente comunicou à Senhora Maria Elisa Dutra Silva Werneck Martins que a mesma estava dispensada, passando a chamar o Senhor. Antonio Carlos de Sá, que apresentou sua qualificação. Na sequência, o Senhor Presidente passou a formular suas perguntas e o Senhor Antonio Carlos de Sá a respondê-las, todas serão publicadas no DCM na íntegra, assim como as do Senhor Vereador Paulo Messina que realizou também as do Denunciante, todas serão publicadas no DCM na íntegra. Então, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Procurador da Defesa, que formalizou não haver perguntas. Em seguida o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às treze horas e dezoito minutos. Reabrindo-a às quatorze horas e trinta e seis minutos, o Senhor Presidente retomou os trabalhos da Comissão, chamando a ouvir o Senhor Ailton Cardoso da Silva, o qual passou a se identificar. Em seguida, o Senhor Presidente passou a formular suas perguntas e o Senhor. Ailton Cardoso da Silva a respondê-las. Respondendo também as do Senhor Vereador Paulo Messina que realizou também as perguntas do Denunciante, todas serão publicadas no DCM na íntegra. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Procurador da Defesa, que passou a formular suas perguntas e o Senhor Ailton Cardoso da Silva a responder, todas serão publicadas no DCM na íntegra. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para que a Comissão Processante pudesse deliberar a respeito do não comparecimento de duas testemunhas. Retornando a Audiência, o Senhor Presidente informou que a Comissão deliberou que serão renovadas as diligências de intimação das testemunhas faltantes, para que compareçam no dia treze de maio, às dez horas e que se as mesmas comparecerem,serão as primeiras a serem ouvidas, e em caso de falta, serão ouvidas as testemunhas de Defesa que, de todo modo, após a Audiência, a Comissão Processante se reunira para deliberar sobre novas diligências. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Comissão, Vereador William Coelho, deu por encerrada a audiência às quinze horas e trinta e oito minutos. Para constar, eu, Jaqueline de Araújo Lima, Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Senhores Vereadores abaixo assinados. Rio de Janeiro, dez de maio de dois mil dezenove.

Vereador WILLIAN COELHO
Presidente

Vereador LUIZ CARLOS RAMOS FILHO
Relator

Vereador PAULO MESSINA
Membro

JAQUELINE DE ARAUJO LIMA
Secretaria "ad hoc"

CONSELHO FISCAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ, REALIZADA EM 2019.

Aos vinte dias do mes de maio de dois mil e dezenove, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Controladoria Geral da CMRJ, em sua Primeira Reunião Extraordinária relativa ao exercício financeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nomeado pela Resolução da Mesa Diretora nº 10.010 de 14 de março de 2019, sob a presidência do Conselheiro Antonio Cesar Lins Cavalcanti, presentes, ainda, os Conselheiros Vinicius Costa Rocha Viana, Mônica do Nascimento Simone, Geraldo de Abreu Junior e Andréia Agresta Corrêa. Abertos os trabalhos, o Presidente informou aos demais conselheiros que o objetivo da reunião extraordinária e a emissão de parecer sobre a Prestação de Contas do Fundo Especial da Câmara Municipal referente ao exercício financeiro de 2018. Após uma análise nos documentos relativos a Prestação de Contas do Fundo, os conselheiros, por unanimidade, aprovaram o parecer abaixo. Esgotada a pauta, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, às dezesseis horas encerrou-se a Reunião. Para constar, eu, Andréia Agresta Corrêa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos demais conselheiros. Sala de Reuniões da Controladoria Geral desta Casa Legislativa, em vinte de maio de dois mil e dezenove.

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 5.131/09, examinamos as despesas, as receitas, as aplicações e os extratos bancários relativos ao exercício financeiro de 2018 e não identificamos irregularidades ou ilegalidades na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos do fundo.

ANTONIO CESAR LINS CAVALCANTI
Presidente

VINICIUS COSTA ROCHA VIANA
Conselheiro

MÔNICA DO NASCIMENTO SIMONE
Conselheiro

GERALDO DE ABREU JUNIOR
Conselheiro

ANDRÉIA AGRESTA CORRÊA
Secretario "ad hoc"
Conselheiro

ATOS E DESPACHOS

Mesa Diretora

DESPACHOS DA MESA DIRETORA
(*)EXPEDIENTE DE 15.5.2019

PROC. Nº 2527/19 – CMRJ – de 30.4.19 – A MESA DIRETORA, decidiu deferir a proposição da Senhora Chefe do Cerimonial, às fls. 02, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 3776/99.

Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para inscrever a servidora Maria Fernanda Matias Alves, matrícula 60/812.162-9, no curso "ESTUDANDO E COMPREENDENDO AS NOVAS REGRAS DO CERIMONIAL - MUDANÇAS E LEGISLAÇÃO", a ser realizado nos dias 17 e 18 de junho de 2019, na Cidade de Brasília, bem como passagens e diárias. Publique-se.

Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para as providências necessárias e sucessivamente à Diretoria de Material e Serviços e a Diretoria de Finanças, para as providências complementares.

(*)(Republicado por **INCORREÇÃO NO ORIGINAL**, publicado no DCM nº 86, de 16.5.2019, pág. 23)

EXPEDIENTE DE 30.4.2019

PROC. Nº 5107/13 – CMRJ – de 2.10.13 – A MESA DIRETORA, decidiu acolher a manifestação da Diretoria Geral de Administração, às fls. 442 do processo CMRJ 5107/13 e autorizar a prorrogação do Contrato nº 02/18 até 31 de outubro de 2019, nas mesmas condições até aqui acordadas. Publique-se.

Encaminhe-se a Assessoria Jurídica para as providencias necessárias.

EXPEDIENTE DE 22.5.2019

PROC. Nº 4288/16 – CMRJ – de 22.9.16 – A MESA DIRETORA, considerando a manifestação da Diretoria Geral de Administração, às fls. 319 e o despacho do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário, às fls. 320, ambas do processo CMRJ nº 4288/16, decidiu alterar o nome de um dos beneficiários, de Márcia Cristina Arosa Ferreira Jorge, para MABE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Publique-se.

Encaminhe-se à Assessoria Jurídica, para elaboração do Termo Aditivo respectivo.

PROC. Nº 3614/17 – CMRJ – de 20.4.17 – A MESA DIRETORA, considerando o despacho do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário, às fls. 546 e o parecer da Assessoria Jurídica, às fls. 537/544, todas do processo CMRJ 3614/18, decidiu adjudicar o objeto do Convite nº 02/2018, à CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA - ME. Publique-se.

Encaminhe-se à Inspetoria-Geral de Finanças, para as providências complementares.

PROC. Nº 4837/18 – CMRJ – de 4.10.18 – A MESA DIRETORA, considerando a manifestação da Inspetoria-Geral de Finanças, as fls. 322/323, e o Parecer AJU/ICS/ nº 20 - 05/2019, da Assessoria Jurídica, às fls. 324/335, todas do processo CMRJ 4837/18, decidiu autorizar a abertura de licitação e a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, visando à aquisição de 04 (quatro) ilhas de edição não linear de vídeo e áudio, 08 (oito) licenças de uso do *software Media Composer* 2018 e 08 (oito) licenças de uso do *software Windows 10 Pro*, conforme solicitação da Diretoria da TV

DOCUMENTO DIGITAL

0625

PROTOCOLO 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 623

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÕES: NOMEAÇÃO DO CONSELHO FISCAL - FECMRJ

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

Proc. 3191/19
DR 03/04/19
Fls. 624

VOLTAR Final do Documento

Número da Resolução	9498
Ano da Resolução(AAAA)	2017
Data da Resolução	Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 29 de março de 2017
Ementa da Resolução	Designação dos membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2017 e 2018, os servidores Vinicius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7 e Monica do Nascimento Simone, Assessor de Controle Interno, matrícula 11/815.946-9, sob a Presidência do primeiro
Data de publicação do DCM	30/03/2017
Observação	
Estado da Resolução	Em vigor

Texto da Resolução:

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA N° 9498 DE 2017.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 6º da Lei 5.131/2009 e o § 1º do artigo 7º da RDM nº 7297/2010,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR como membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2017 e 2018, os servidores Vinicius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7 e Monica do Nascimento Simone, Assessor de Controle Interno, matrícula 11/815.946-9, sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2017.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 30/03/2017

Composição da Mesa Diretora	Jorge Felippe (Presidente); Tânia Bastos (1º Vice-Presidente); Zico (2º Vice-Presidente); Carlo Caiado (1º Secretário) ;Cláudio Castro (2ª Secretário).
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Não assinou
2º Vice-Presidente	Zico
1º Secretário	Não assinou

0627

2º Secretário	Cláudio Castro

Proc. Nº 3191/14
DR: 03/06/14
Fls. 628

Topo



0628

3191 - 19
CD: 03/06/19
Fls.: 626

VOLTAR  Final do Documento

Número da Resolução	10010
Ano da Resolução(AAAA)	2019
Data da Resolução	Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 13 março de 2019
Ementa da Resolução	DESIGNAR como membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2019 e 2020, os servidores, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Vinícius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7, Mônica do Nascimento Simone, Assessora de Controle Interno, matrícula 31/815.946-9 e Andréia Agresta Corrêa, Analista Legislativo - Especialidade: Contabilidade, matrícula 10/814.982-5, sob a Presidência do primeiro.
Data de publicação do DCM	14/03/2019
Observação	
Estado da Resolução	

Texto da Resolução:

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10010 DE 2019

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 6º da Lei 5.131/2009 e o §1º do artigo 7º da RMD nº 7297/2010,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR como membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2019 e 2020, os servidores, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Vinícius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7, Mônica do Nascimento Simone, Assessora de Controle Interno, matrícula 31/815.946-9 e Andréia Agresta Corrêa, Analista Legislativo - Especialidade: Contabilidade, matrícula 10/814.982-5, sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

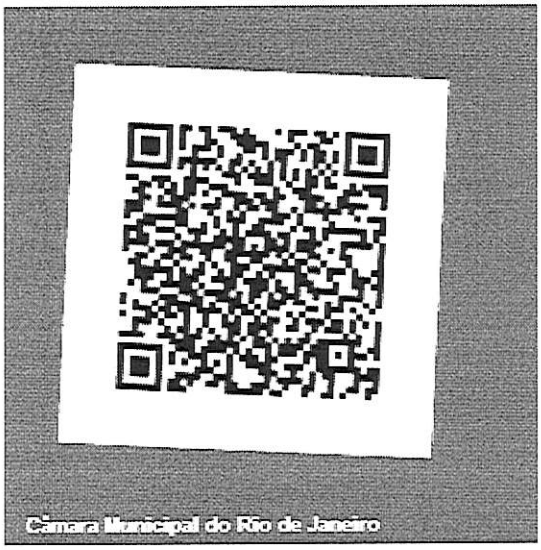
Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 14/03/2019

Composição da Mesa Diretora	Jorge Felippe (Presidente); Tânia Bastos (1º Vice-Presidente); Zico (2º Vice-Presidente); Carlo Caiado (1º Secretário) ; Rocal (2º Secretário).
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Não assinou

2º Vice-Presidente	Não assinou
1º Secretário	Carlo Caiado
2º Secretário	Rocal

Topo



DE: 23 COM
Fls.: 628

DCM
Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro

ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL

(*)CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que, com fulcro no artigo 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Requerimento nº 81, de 2017, de autoria do Senhor Vereador Reimont, aprovado na Sessão de 22 de março de 2017, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro resolve e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1.380 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

Constitui Comissão Especial com a finalidade de tratar do cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS para os Assistentes Sociais.

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial com a finalidade de tratar do cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS para os Assistentes Sociais.

Art. 2º A Comissão será composta de cinco membros, na forma determinada pelo Requerimento nº 81/2017, respeitado o art. 59, combinado com o art. 117 do Regimento Interno, e terá o prazo de funcionamento até o término da presente Sessão Legislativa, nos termos do Precedente Regimental nº 15/97.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente

(*)(Republicado em atenção ao despacho do Presidente em vista da solicitação do Gabinete do Senhor Vereador Reimont contida no ofício GVR nº 48/2017)

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9498 DE 2017.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 6º da Lei 5.131/2009 e o § 1º do artigo 7º da RDM nº 7297/2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR como membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2017 e 2018, os servidores Vinicius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7 e Monica do Nascimento Simone, Assessor de Controle Interno, matrícula 11/815.946-9, sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2017.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

JORGE FELIPPE
Presidente

ZICO
2º Vice-Presidente

CLÁUDIO CASTRO
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 9499 DE 2017

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as constantes solicitações das emissoras de TVs e/ou produtoras de filmagem para gravar comerciais, novelas, documentários ou outros afins, nas dependências internas e externas do Palácio Pedro Ernesto;

CONSIDERANDO que o Palácio Pedro Ernesto é um bem cultural tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac, conforme Resolução nº 50 de 2.5.1988, publicada no DORJ de 17/05/1988;

CONSIDERANDO a Informação nº 22/2016, da Procuradoria-Geral, às fls. 05/17, constantes no processo CMRJ 4226/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a minuta do "Termo de Uso de Imagem e Responsabilidade por Danos Materiais", elaborado pela Procuradoria-Geral, às fls. 09/16, constantes no processo CMRJ 4226/2016.

Art. 2º Fica sujeito a Mesa Diretora a liberação do espaço solicitado, considerando os aspectos técnicos e a importância do evento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

JORGE FELIPPE
Presidente

ZICO
2º Vice-Presidente

CLÁUDIO CASTRO
2º Secretário

PLENÁRIO

10ª LEGISLATURA **1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

1º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felippe, Presidente; Cláudio Castro, 2º Secretário; Tarcisio Motta e Otoni de Paula, ambos a convite.

Às quatorze horas, com a presença dos Srs. Vereadores Professor Rogério Rocal, Leonel Brizola, Dr. Jorge Manaia, Tarcísio Motta, Chiquinho Brazão, Leandro Lyra, Reimont, Italo Ciba, Zico Bacana, Paulo Pinheiro, Otoni de Paula e David Miranda (12), assume a Presidência o Sr. Vereador Tarcisio Motta e ocupa o lugar de Secretário o Sr. Vereador Otoni de Paula, ambos a convite.

O SR. PRESIDENTE (TARCÍSIO MOTTA) – Havendo número legal, "Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão".

Convido o nobre Vereador Otoni de Paula para proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

Com a palavra, Sua Excelência.

(É lida e considerada aprovada, na forma regimental, a At Sessão anterior)

O SR. PRESIDENTE (TARCÍSIO MOTTA) – Passemo Grande Expediente.

Passa-se ao

Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE (TARCÍSIO MOTTA) – Na Pri Parte do Grande Expediente, o primeiro orador inscrito é o Vereador Otoni de Paula, que dispõe de 10 minutos.

O SR. OTONI DE PAULA – Senhor Presidente, meu amigo Vereador Tarcisio Motta, senhores vereadores, a desta Casa, funcionários, servidores, amigos que nos ass pela TV Câmara. O que me traz a esta Tribuna, neste dia, S Presidente, é para comentar sobre um pronunciamento ou uma fala do ex-Presidente Lula, réu em cinco processos, deles provenientes da Lava Jato. O ex-Presidente Luiz I Lula da Silva chamou, na semana passada, o Procurador d pública, Deltan Dallagnol – chefe da força-tarefa que inves maior esquema de corrupção da história desse País – de mo Segundo o ex-Presidente Lula, Dallagnol, que é fiel da Evangélica Batista, "acha que sentar em cima da Bíblia d solução dos problemas do País".

Independentemente, senhoras e senhores, do ex-Pres Lula ter se referido ao Procurador da República, Deltan D nol, chamando-o de moleque, eu gostaria de fazer um pro amento nesta Casa e responder ao ex-Presidente sobre o ele ter dito que Dallagnol achava que sentar em cima da Sagrada é a solução dos problemas do País. Não, não, Lul tar em cima da Bíblia realmente não é a solução para os mas desse País. Mas eu lhe garanto, Lula, que praticar d Bíblia diz seria, sim, a solução para os problemas desse Pa

Sabe qual o problema de Lula? É o mesmo problema d tos: achar que a Bíblia é um livro religioso. Mas não, senh Bíblia é o livro da vida, é o livro de sabedoria e, se fosse a Nação não estaria nesse atoleiro. Lula, você sabe o que diz sobre aqueles homens e mulheres que serão abençoad Senhor? Diz a Bíblia: "O que anda em justiça e o que fa retidão, que arremessa para longe de si o ganho da opr que sacode das suas mãos todo dinheiro ilícito, que tapa dos para não ouvir falar de sangue e fecha os seus olhos p ver o mal, este habitará nas alturas, e as fortalezas das serão o seu alto refúgio. O seu pão lhe será dado, e sua serão certas", Isaías, 33:15-16.

Lula, a Bíblia trata sobre vários assuntos. Por exemplo la sobre corrupção no funcionalismo público. Um dia, fi rios públicos foram até Jesus e perguntaram como eles i ceber a vida eterna. Sabe o que Jesus disse a eles, Lula? Lucas, 3:12-13: "Chegaram também os cobradores de i para serem batizados e me perguntaram", a turma da Re deral, "Mestre, o que devemos fazer para herdar a vida Jesus disse: "Não peçais mais do que está ordenado, não propina". Quando alguns policiais foram até Jesus, Lul guntaram a ele: "Mestre, o que podemos fazer para herd eterna?" Sabe o que Jesus respondeu à polícia da época disse, em Lucas 3:14: "A ninguém trateis mal, traten com respeito e com educação, não dês notícias falsas tente com o vosso salário". Parece que Jesus estava aq de Janeiro.

Quando a Bíblia vai tratar sobre corrupção, Lula, ele bre corrupção no Poder Judiciário, e hoje é bom falar porque hoje nós estamos vendo uma quadrilha sendo d da no nosso Estado, e parte dessa quadrilha funcionan do próprio Tribunal de Contas do Estado. Olha o que a em Deuteronômio capítulo 16, e capítulos 19 e 20: "N a justiça, nem farás acepção de pessoas quando fores tomarás suborno, pois o suborno cega os olhos dos sá verte as palavras dos justos".

A Bíblia continua falando para os magistrados: "Se ça e só a justiça, para que vivas e ompras a tua func

0631

Fls. 319 19
DE: 03/06/19
Fls. 620

DOCUMENTO ILEGÍVEL

DCM
Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10008 DE 2019

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 988 de 2019, de autoria do Senhor Vereador LUIZ CARLOS RAMOS FILHO, aprovado em Sessão Plenária de 12 de março de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Conferir a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora MARIA ROSA BAIROS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

JORGE FELIPPE
Presidente

TÂNIA BASTOS
1º Vice-Presidente

ZICO
2º Vice-Presidente

CARLO CAIADO
1º Secretário

ROCAL
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10009 DE 2019

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 989 de 2019, de autoria do Senhor Vereador INALDO SILVA, aprovado em Sessão Plenária de 12 de março de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor DIEGO ROX.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

JORGE FELIPPE
Presidente

TÂNIA BASTOS
1º Vice-Presidente

ZICO
2º Vice-Presidente

CARLO CAIADO
1º Secretário

ROCAL
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10010 DE 2019

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 6º da Lei 5.131/2009 e o §1º do artigo 7º da RMD nº 7297/2010,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR como membros do Conselho Fiscal do Fundo Especial da Câmara Municipal - FECMRJ para os exercícios de 2019 e 2020, os servidores, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Auditor-Geral, matrícula 31/815.939-4, Vinicius Costa Rocha Viana, Controlador-Geral, matrícula 31/815.940-2, Geraldo de Abreu Junior, Assessor de Informações Gerenciais, matrícula 31/815.947-7, Mônica do Nascimento Simone, Assessora de Controle Interno, matrícula 31/815.946-9 e Andréia Agresta Corrêa, Analista Legislativo - Especialidade: Contabilidade, matrícula 10/814.982-5, sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

JORGE FELIPPE
Presidente

CARLO CAIADO
1º Secretário

ROCAL
2º Secretário

EXPEDIENTE

Ofícios

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:
Imprima-se. Em atenção à solicitação em tela, republique-se o PL nº 546/2017 para que nele conste como coautor o Senhor Vereador Dr. Carlos Eduardo.
Em 13.3.2019
JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

OFÍCIO GVVC Nº S/Nº/2019

Rio de Janeiro, 13 de Março de 2019.

Exmo. Sr.
Vereador JORGE FELIPPE
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Eu, Vereadora VERONICA COSTA, venho por meio deste solicitar a inclusão do Vereador DR. CARLOS EDUARDO como coautor do PROJETO DE LEI Nº 546/2017.

Atenciosamente,

Vereadora VERONICA COSTA
MDB

Vereador DR. CARLOS EDUARDO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 13.3.2019
JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

OFÍCIO C.E.M.I. 01/2019

Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

Exmo. Sr.
Vereador JORGE FELIPPE
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, na condição de Presidente da COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ATUAR JUNTO AO PODER EXECUTIVO EM DEFESA DA MATERNIDADE DA ILHA DO GOVERNADOR, instituída pela Resolução 1452/19, requerer de vossa Excelência que se digne de convocar os Vereadores PAULO PINHEIRO, TÂNIA BASTOS, DR. JORGE MANAIA, WILLIAN COELHO e ROCAL, por meio de edital, para a reunião de instalação da referida Comissão a realizar-se no dia 20 de março corrente, quarta feira, às treze horas e trinta minutos, na Sala do Cerimonial desta Casa de Leis.

Certo da vossa atenção, subscrevo-me.

Vereador PAULO PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 13.3.2019
JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

OFÍCIO CPI SISREG 015/2019

Rio de Janeiro, 13 de março de 2019.

Exmo. Sr.
Vereador JORGE FELIPPE
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

A Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução nº 1.445/2018, que tem por finalidade "INVESTIGAR E APURAR DESRESPEITO AO SISTEMA DE REGULAÇÃO DO SISREG, OFERTAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS VISANDO ATENDER ÀS IGREJAS EVANGELICAS E AGILIZAÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE PROJETOS DE ISENÇÃO DE IPTU PARA OS TEMPLOS RELIGIOSOS EVANGÉLICOS", representada neste ato por seu Presidente, requer a V. Exa. que seja feita a convocação dos senhores vereadores DR. JORGE MANAIA, PROF. CÉLIO LUPPARELLI, ITALO CIBA, ZICO BACANA E THIAGO K. RIBEIRO, membros, e dos senhores vereadores PAULO PINHEIRO E TERESA BERGHER, suplentes, para participarem da Audiência da CPI, no proximo dia 19 de março, às 13 horas, na Sala das Comissões, onde será realizada a oitiva das testemunhas: Milton Barros Filho, Diogo Marques Correa, Marcos Paulo de Oliveira Luciano e Marcia da Rosa Pereira Nunes.

Aproveitamos o ensejo para renovar os mais sinceros votos de estima e consideração.

0632

3191-19
DE: 03/06/19
Fls.: 630

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

0633

CGCM / Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Proc.TCMRJ 3191/19
DE: 04/04/19
Fls.: 631

RELATÓRIO CGCM 001/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

Membros da CGCM:

Vinicius Costa Rocha Viana
Controlador-Geral da Câmara
Mat.: 31/815.940-2
CRC-RJ 066.837/O-5

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Auditor-Geral da Câmara
Mat.: 31/815.939-4
CRC-RJ 073.693/O-3

Equipe de Apoio:

Andreia Agresta Correa
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.982-5

Bruna Destro Batista
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.876-9

Cíntia Letícia Fernandes da Silva
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/816.372-7

Geraldo de Abreu Júnior
Assessor de Informações Gerenciais
Mat.: 31/815.947-7

Marcello de Souza Coelho
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.878-5

Maria de Lourdes Campos Oliveira
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/816.367-7

Mônica do Nascimento Simone
Assessora de Controle Interno
Mat.: 31/815.946-9

Rafael Gustavo Soledade Santos
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/802.285-7

Estagiários:
Arlisia Mara Amorim Ribeiro Santos

Proc.JCMRJ 319/19
Fls. 632

1.	Introdução	3
1.1.	Objetivo	3
1.2.	Escopo	3
1.3.	Metodologia	3
1.4.	Papéis de Trabalho	4
2.	A Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro	4
2.1.	Ações mais relevantes da Controladoria-Geral da CMRJ em 2018	4
2.2.	Acompanhamento dos Processos de Prestações de Contas e Inspeções Ordinárias	5
3.	Câmara Municipal do Rio de Janeiro	6
4.	Orçamento da CMRJ	7
4.1.	Execução Orçamentária da CMRJ em 2018	7
5.	Fundo Especial da CMRJ	9
5.1.	Movimentação Financeira do FECMRJ em 2018	10
5.2.	Orçamento do FECMRJ	10
5.3.	Execução Orçamentária do FECMRJ em 2018	11
5.4.	Do Plano de Aplicação do FECMRJ em 2018	12
6.	Avaliação do Cumprimento do PPA, LDO e LOA	12
7.	Duodécimos	14
8.	Limites Legais	14
9.	Almoxarifado	16
10.	Patrimônio	17
11.	Pronto Pagamento	18
12.	Das Contratações	20
12.1.	Análise Processual	21
13.	Demonstrações Contábeis	22
13.1.	Exame das Demonstrações Contábeis	22
13.2.	Sistema Informatizado e Integrado de Administração Financeira, Controle e Pessoal	22
14.	Das Fragilidades	23
14.1.	Das Fragilidades apontadas em anos anteriores	23
14.2.	Das Fragilidades verificadas nos Relatórios de Auditoria emitidos no decorrer do Exercício de 2018	25
15.	Conclusão	30

Proc.TCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 633

1. Introdução

1.1. Objetivo

Relatório elaborado com o fim de atender ao contido na Lei nº289/1981, art. 40; e na Lei nº 5.372/2012, art. 6º, parágrafo único, com vistas a subsidiar o exame da Prestação de Contas da CMRJ referente ao exercício de 2018.

1.2. Escopo

A análise restringiu-se ao seguinte escopo:

- Apuração do grau de implementação das ações para sanar as fragilidades e oportunidades de melhorias apontadas no Relatório CGCM 001/2018, que trata da prestação de contas de gestão referente ao exercício de 2017 (Processo CMRJ nº 03059/2018);

- Apuração do grau de implementação das ações para sanar as fragilidades e oportunidades de melhoria apontadas nos Relatórios CGCM 002/2018, que trata de Auditoria no Almoxarifado e CGCM nº 003/2018, que trata de Levantamento dos Fluxo de Pagamento de Pessoal;

- Verificação do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas, quanto à forma de apresentação e observância ao que prescreve a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

- Análise do controle patrimonial com base em relatório emitido pela respectiva comissão inventariante;

- Exame das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais do exercício;

- Verificação dos duodécimos recebidos pela Câmara Municipal, mediante confronto dos valores registrados com os extratos bancários;

- Verificação do cumprimento dos limites legais estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

1.3. Metodologia

Os exames realizados tiveram como período de análise os meses de janeiro a dezembro de 2018 e basearam-se em testes, de acordo com os Princípios de Auditoria, na extensão julgada necessária e, portanto, podem não refletir necessariamente todos os problemas existentes.

0636

Proc.JCMRJ 31/11/19
DE: 03/06/19
Fls.: 0637

1.4. Papéis de Trabalho

O presente procedimento foi realizado por meio de um programa consubstanciado em papéis de trabalho e toda a documentação encontra-se arquivada, para eventuais consultas.

2. A Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

A Controladoria-Geral da Câmara atua na fiscalização e avaliação da gestão administrativa, contábil, financeira, patrimonial e operacional da Câmara Municipal, visando à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, transparência, moralidade e legalidade.

2.1. Ações mais Relevantes da Controladoria-Geral da CMRJ em 2018

No exercício sob análise, além das orientações comuns à atividade, foram realizados os seguintes trabalhos:

- Análise de 966 processos e emissão de 896 despachos;

- Execução de Auditoria no processo de pagamentos a pessoal, incluindo os fluxos operacionais inerentes ao referido processo, com mapeamento por meio de BPMN – Business Process Modeling Notation e utilização do software Bizagi, originando o Relatório de Auditoria nº 003/2018;

- Realização de Auditoria na execução operacional no Almoxarifado da Câmara Municipal, originando o Relatório de Auditoria nº 002/2018;

- PMI: A Controladoria-Geral participou ativamente no projeto de implantação do Programa de Modernização e Integração de Sistemas – PMI, seja auxiliando na especificação dos programas, seja participando da implantação do módulo de Contabilidade, que já se encontra em funcionamento. Também já foram mapeados todos os demais sistemas atuais envolvidos no projeto. Alguns módulos começarão a ser testados em 2019 e outros, em 2020.

- Portal da Transparência: Proposição e orientação para modernização do Portal de Transparência da Câmara, resultando na Resolução da Mesa Diretora 9695/2018, na qual foram definidos conteúdos e responsabilidades pela gestão dessa ferramenta de transparência, que atenderá à legislação específica sobre o assunto. Já se encontra desenvolvido um protótipo do Novo Portal da Transparência da Câmara, que possui conteúdo com dados atualizados *on line*, é mais moderno, e contém ferramentas de pesquisa e exportação de dados.

0637

PROC. CMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 635

• E-Social: Participação ativa no grupo de implantação do E-Social, nos termos da Resolução da Mesa Diretora 9665/2017, que determinou nova sistemática de envio das informações relativas aos trabalhadores e servidores para órgãos do governo federal.

• Encerramento do Exercício: Elaboração e proposição de norma, prevendo procedimentos e responsáveis pela remessa de informações referentes à Gestão do Exercício de 2018, resultando na Resolução da Mesa Diretora 9954/2018.

• Transparência passiva: Orientação para elaboração de um fluxo coerente e efetivo, visando ao atendimento da transparência passiva, oriundo de pedidos de informações dirigidos à Câmara Municipal.

• Declaração de Conformidade: Criação de diversas declarações de conformidade, visando à padronização e otimização da análise dos processos de despesa.

• Custo de fotocópia: Elaboração e proposição de sistemática para cobrança dos custos de fotocópia referentes aos pedidos de informações com base na LAI, resultando na edição da Resolução da Mesa Diretora 9688/2018.

Os resultados, Pontos de Auditoria e Oportunidades de Melhoria dos referidos trabalhos serão tratados em seções específicas.

2.2. Acompanhamento dos Processos de Prestações de Contas e Inspeções Ordinárias

Como parte das atividades rotineiras do setor, também é realizado o acompanhamento dos processos de Prestações de Contas e das Inspeções Ordinárias instauradas pelo Tribunal de Contas do Município.

A tabela a seguir apresenta o acompanhamento dos Processos de Prestações de Contas de Gestão:

TABELA 1

Processos de Prestações de Contas

EXERCÍCIO	PROCESSO	STATUS
2014	CMRJ/2993/2015	Contas julgadas regulares, com recomendação, com quitação em 16/02/2017.
2015	CMRJ/2869/2016	Contas julgadas regulares, com recomendação, com quitação em 27/02/2018.
2016	CMRJ/4596/2017	CAD em 21/08/2018
2017	CMRJ/3059/2018	3ª IGE em 04/02/2019

Fonte: Página do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, na internet, em 28/03/2019.

0638

PROC. TCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 636

No que se refere às Inspeções Ordinárias, em 2018 o Tribunal de Contas iniciou Inspeção na Câmara Municipal (Ofício TCM/SGCE/172/2018, de 29/06/2018), em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização aprovado por meio do processo nº 40/00287/2018, ocasião em que todas as solicitações dos técnicos foram acompanhadas e/ou atendidas pela Controladoria-Geral.

Até o momento de elaboração deste relatório, não houve recebimento de processo oriundo da citada Inspeção

3. Câmara Municipal do Rio de Janeiro

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro compõe-se de 51 vereadores eleitos diretamente pelos munícipes para uma legislatura de quatro anos e funciona em períodos legislativos anuais e em sessões plenárias sucessivas.

Como órgão colegiado, a Câmara delibera pelo Plenário; administra-se pela Mesa Diretora e seu 1º Secretário; e representa-se pelo Presidente.

De acordo com o Parecer nº 19/99 da Procuradoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a autoridade responsável pela autorização de despesas da Câmara Municipal é a Mesa Diretora, sendo delegados ao Primeiro Secretário a autorização de despesas e os consequentes pagamentos de até quinhentas Unidades de Valor Fiscal do Município – Unif, correspondentes a R$ 41.305,51 em 2018, conforme previsto no Item II, letra "e", do art. 40, do Regimento Interno da CMRJ.

No exercício de 2018, a Mesa Diretora da Câmara Municipal esteve composta pelos seguintes membros:

TABELA 2
Composição da Mesa Diretora

Cargo	Vereador
Presidente	Jorge Felippe
1º Vice-Presidente	Tânia Bastos
2º Vice-Presidente	Zico
1º Secretário	Carlo Caiado
2º Secretário	Cláudio Castro
1º Suplente	Felipe Michel

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa Diretora
Ofício SGMD nº 117/2019, de 07/02/2019

0639

Proc. CMRJ 319/19
Fls. 637

4. Orçamento da CMRJ

O orçamento inicial da CMRJ no exercício financeiro de 2018, aprovado pela Lei nº 6.318, de 16 de janeiro de 2018, apresentou dotação total de R$ R$ 675.203.178,00.

Durante o exercício, houve abertura de créditos suplementares, como demonstrado a seguir, decorrentes de remanejamento do orçamento da própria CMRJ.

QUADRO 1

Em Reais

Dotação Inicial e Créditos Suplementares – CMRJ - Exercício de 2018				
Natureza de Despesa	**Dotação Inicial**	**Acréscimo**	**Anulação**	**Dotação Final**
Pessoal e Encargos Sociais	503.413.803,00	2.564.000,00	2.214.000,00	503.763.803,00
Outras Despesas Correntes	163.164.950,00	657.000,00	307.000,00	163.514.950,00
Investimento	7.054.429,00	3.800.000,00	3.800.000,00	7.054.429,00
Inversões Financeiras	1.569.996,00	-	700.000,00	869.996,00
TOTAL	**675.203.178,00**	**7.021.000,00**	**7.021.000,00**	**675.203.178,00**

Fonte: Divisão de Orçamento da CMRJ

4.1. Execução Orçamentária da CMRJ em 2018

No exercício, foi empenhado o montante de R$ 575.265.642,19, sendo 78,21% referentes à despesa com pessoal e encargos sociais. Do total empenhado, foi pago o valor de R$ 544.133.053,94, que representa 94,6% dos empenhamentos.

QUADRO 2

Em Reais

Exercício 2018 - CMRJ - PT: 2001.01.031.0003.2033								
Grupo de Despesa	**Orçamento Final**	**%**	**Empenhado**	**%**	**Liquidado**	**%**	**Pagamento**	**%**
Pessoal	503.763.803,00	74,61	449.920.802,84	78,21	427.820.480,65	78,57	427.433.755,19	78,55
Outras Despesas Correntes	163.514.950,00	24,22	123.691.631,26	21,50	116.306.952,02	21,36	116.306.952,02	21,37
Investimentos	7.054.429,00	1,04	1.558.161,7	0,27	304.387,54	0,06	304.387,54	0,06
Inversões Financeiras	869.996,00	0,13	95.046,39	0,02	87.959,19	0,02	87.959,19	0,02
Total geral	**675.203.178,00**	**100,00**	**575.265.642,19**	**100,00**	**544.519.779,40**	**100,00**	**544.133.053,94**	**100,00**

Fonte: Contadoria-Geral

0640

Proc. nº 3191/19
Data: 03/06/19
Fls.: 638

O quociente de execução da despesa foi de 85,2%, resultando em uma economia na realização da despesa no montante de R$ 99.937.535,81.

QUADRO 3

Em Reais

CMRJ - Resultados na Execução da Despesa - 2018	
Despesa Empenhada	575.265.642,19
Dotação Atualizada	675.203.178,00
Economia na realização da despesa	99.937.535,81
Quociente de Execução da Despesa	85,20%

Fonte: Contadoria-Geral e Divisão de Orçamento da CMRJ

No que se refere aos restos a pagar, foram inscritos R$ 30.745.862,79 em 2018, com a seguinte composição:

QUADRO 4

Em Reais

CMRJ - Composição Restos a Pagar - 2018		
ITEM	**VALOR**	**%**
Pessoal	23.526.182,87	76,52
Serv. Pessoas Jurídicas	3.958.003,81	12,87
Despesas de Capital	1.260.861,36	4,10
Diárias	150.585,00	0,49
Outros	1.850.229,75	6,02
TOTAL	**30.745.862,79**	**100,00**

Fonte: Relação de RP - Divisão de Execução Financeira

Verifica-se que 76,52% do total inscrito refere-se a despesas com pessoal. Além disso, há valores referentes a serviços de pessoas jurídicas, diárias, etc.. Todos esses, em geral, oriundos dos saldos de empenhos estimativos.

Ainda em relação aos Restos a Pagar, em nossa análise, verificamos que o valor constante nos relatórios de execução orçamentária apresenta inconsistência em relação ao valor registrado nos relatórios contábeis, conforme demonstrado:

QUADRO 5

Em Reais

CMRJ - RP INSCRITO EM 2018	
ITEM	**VALOR**
Rel. Execução Orçamentária	30.745.862,79
Rel. Sistema Contábil	31.132.588,25
Diferença - RPP	**386.725,46**

Fonte: Relação de RP - SACE e
Memo nº 06/2019 - Contadoria Geral

0641

CMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 639

Conforme já apontado no Relatório CGCM nº 001/2018, referente à Prestação de Contas de Gestão do Exercício de 2017, a diferença ocorre porque a Diretoria de Finanças efetua a baixa das Ordens de Pagamento pela data da emissão do documento de pagamento e não pela data da saída financeira do banco. Já a Contabilidade só considera a despesa paga quando há a efetiva saída financeira do banco.

Assim, quando há alguma rejeição de pagamento no banco, a baixa já foi efetuada na Diretoria de Finanças, mas não na Contabilidade.

Tal diferença de tratamento pelos sistemas informatizados gera informações inconsistentes. Enquanto para a Diretoria de Finanças não há RPP; para a Contabilidade, existem valores registrados em RPP, já considerados pagos na Diretoria de Finanças.

A questão foi objeto de Ponto de Auditoria, registrado no Relatório de Auditoria nº 003/2018, que teve por objetivo o mapeamento do processo de pagamentos a pessoal e está em implantação procedimento que venha a corrigir tal distorção.

5. Fundo Especial da CMRJ

O FECMRJ – Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi instituído pela Lei nº 5.131, de 17 de dezembro de 2009, e possui natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica e de duração indeterminada. O objetivo é assegurar recursos para a expansão e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da CMRJ, provendo recursos para:

- Aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóveis, materiais e equipamentos destinados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro;
- Despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro;
- Programas de esclarecimentos à sociedade acerca das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal;
- Aquisição de serviços, materiais e outras despesas de custeio que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal;
- Despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade, produtividade e outros que contribuam para a modernização administrativa do Poder Legislativo Municipal; e

0642

Fls.: 640

• Despesas relativas a programas ou projetos que visem à redução da despesa de pessoal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

5.1. Movimentação Financeira do FECMRJ em 2018

No quadro a seguir, consta um resumo da movimentação financeira do FECMRJ.

QUADRO 6

Em Reais

Movimentação Financeira do FECMRJ – Exercício de 2018			
Ingressos		**Dispêndios**	
Saldo Inicial em 01/01/2018	86.864.740,39	Saídas de recursos financeiros	90.176.457,09
Entradas de recursos financeiros	14.467.582,13	Saldo final em 31/12/2018	11.155.865,43

Fonte: Contadoria-Geral/CMRJ

Comparando-se o saldo final de 2017 com o de 2018, verifica-se uma redução de cerca de 80% das disponibilidades do FECMRJ.

As entradas de recursos financeiros constituíram-se de rendimentos de aplicações financeiras e transferências financeiras recebidas da CMRJ.

Já as saídas de recursos financeiros constituíram-se, principalmente, da transferência de valores para a Prefeitura do Rio, no montante de R$ 40.000.000,00, objetivando o pagamento de despesas de pessoal da área de Saúde, conforme Decreto Legislativo nº 1.349/2018, seguidas do pagamento de restos a pagar diversos.

5.2. Orçamento do FECMRJ

De acordo com a Lei nº 6.318, de 16 de janeiro de 2018, foi destinado ao FECMRJ o valor de inicial de R$ 9.992.478,00, no Programa de Trabalho 2002.01.031.0003.2170.

Durante o exercício, houve abertura de créditos suplementares, como demonstrado a seguir, com remanejamentos e incorporação de saldo financeiro apurado referente ao exercício anterior.

QUADRO 7

Em Reais

Dotação Inicial e Créditos Suplementares FECMRJ - Exercício de 2018				
Natureza da Despesa	**Dotação Inicial**	**Acréscimo**	**Anulação**	**Dotação Final**
Outras Despesas Correntes	7.646.244,00	26.541.140,00	3.534.000,00	30.653.384,00
Investimentos	1.358.977,00	3.135.000,00	980000	3.513.977,00
Inversões Financeiras	987.257,00		950.140,00	37.117,00
Total	**9.992.478,00**	**29.676.140,00**	**5.464.140,00**	**34.204.478,00**

Fonte: Contadoria Geral e Divisão de Orçamento da CMRJ

0643

PROC.CGMRJ: 319/19
DE: 03/04/19
Fls.: 644

5.3. Execução Orçamentária do FECMRJ em 2018

No exercício, do total fixado, foi empenhado o montante de R$ 25.488.305,26, dos quais 96,24% referentes a Outras Despesas Correntes. Do total empenhado, foi pago o valor de R$ 21.649.868,60, que representa 84,9% dos empenhamentos.

QUADRO 8

Em Reais

Execução Orçamentária 2018 - FECMRJ- PT: 2002.01.031.0003.2170								
Natureza da Despesa	**Dotação Final**	**%**	**Valor Empenhado**	**%**	**Valor Liquidado**	**%**	**Valor Pago**	**%**
Outras Despesas Correntes	30.653.384,00	89,62	24.530.142,76	96,24	21.000.991,75	97,00	21.000.950,10	97,00
Investimentos	3.513.977,00	10,27	958.162,50	3,76	648.918,50	3,00	648.918,50	3,00
Inversões Financeiras	37.117,00	0,11	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	**34.204.478,00**	**100,00**	**25.488.305,26**	**100,00**	**21.649.910,25**	**100,00**	**21.649.868,60**	**100,00**

Fonte: Contadoria-Geral e Divisão de Orçamento da CMRJ

O quociente de execução da despesa foi de 74,5%, resultando em uma economia na realização da despesa no montante de R$ 8.716.172,74.

QUADRO 9

Em Reais

FECMRJ - Resultados na Execução da Despesa	
Despesa Empenhada	25.488.305,26
Dotação Atualizada	34.204.478,00
Economia na realização da despesa	8.716.172,74
Quociente de Execução da Despesa	74,52%

Fonte: Contadoria-Geral e Divisão de Orçamento da Câmara

No que se refere aos restos a pagar, foram inscritos R$ 3.838.395,01 em 2018, com a seguinte composição:

QUADRO 10

Em Reais

FECMRJ - Composição Restos a Pagar - 2018		
ITEM	**VALOR**	**%**
Serv. Pessoas Jurídicas	3.162.863,20	82,40
Despesas de Capital	309.244,00	8,06
Programa de Após. Inc. - PAI	158.924,76	4,14
Outros	207.363,05	5,40
TOTAL	**3.838.395,01**	**100,00**

Fonte: Relação de RP - Divisão de Execução Financeira

0644

PROCESSO Nº 319/19
DE: 03/06/19
FLS. 642

5.4. Do Plano de Aplicação do FECMRJ em 2018

O Plano de Aplicação do FECMRJ, para o exercício de 2018, foi aprovado pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.916/2018, no montante de R$ 61.817.986,76, restando determinado que os recursos fossem utilizados nas seguintes ações:

QUADRO 11

Plano de Aplicação e Utilização de Recursos do FECMRJ em 2018		
Descrição	**%**	**R$**
Aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóveis, materiais e equipamentos destinados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais	4,85	3.000.000,00
Aquisição de serviços, materiais e outras despesas de custeio que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal	37,21	23.000.000,00
Despesas relativas a programas ou projetos que visem à redução da despesa de pessoal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.	15,04	9.300.000,00
Outras despesas previstas na Lei nº 5.131/2009	42,9	26.517.986,76
TOTAL	**100,00**	**61.817.986,76**

Fonte: RMD nº 9.916/2018

Do referido Plano de Aplicação, foi realizado 35,02% do montante previsto.

6. Avaliação do Cumprimento do PPA, LDO e LOA

As metas referentes aos orçamentos de 2018 a 2021, conforme disposto na Lei nº 6.317, de 16 de janeiro de 2018, que trata do Plano Plurianual 2018-2021, são apresentadas a seguir.

TABELA 4

PLANO PLURIANUAL – 2018/2021		
	AÇÃO PROGRAMADA	**META 2018/2021**
1	Dar continuidade ao desenvolvimento do programa de modernização das atividades legislativas e administrativas e dar-lhes transparência e divulgação, fortalecendo a imagem da CMRJ junto à sociedade Carioca, incluindo o desenvolvimento do canal de televisão próprio.	1.1. Modernização e acompanhamento da evolução tecnológica da área da plataforma computacional, objetivando maior eficiência, agilidade, racionalidade e transparência dos trabalhos legislativos e administrativos. 1.2. Democratizar, difundir e dar publicidade às atividades legislativas e administrativas da CMRJ. Criação e editoração da revista própria da CMRJ, estabelecendo mais um canal de comunicação com os munícipes. 1.3. Publicação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Legislativo Municipal, com caráter educativo, informativo e de orientação social. 1.4. Dar continuidade aos trabalhos de desenvolvimento do canal exclusivo de televisão da CMRJ e ampliar-lhe a programação e mantê-lo tecnicamente atualizado, possibilitando maior aproximação com a população.

0645

PROCESSO 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 6430

CONTINUAÇÃO

PLANO PLURIANUAL – 2018/2021		
	AÇÃO PROGRAMADA	**META 2018/2021**
2	Dar continuidade aos trabalhos de restauração do Palácio Pedro Ernesto e recuperação dos seus anexos, promovendo a melhoria das instalações, a fim de atender às necessidades das atividades legislativas e administrativas.	2.1. Recuperação, restituição e manutenção do aspecto original do Palácio Pedro Ernesto, suas obras e pertences. Recuperação, manutenção e melhoria dos anexos e suas instalações, aprimoramento do layout, para melhor atender às necessidades legislativas e administrativas. Identificação e locação de espaços para correta instalação dos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional da CMRJ.
3	Promover e participar de cursos, seminários e encontros, internos e externos, no sentido do aprimoramento técnico-profissional dos servidores da Câmara Municipal, bem como fomentar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais.	3.1. Prosseguimento dos programas de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional. Melhor desempenho e otimização das atividades administrativas e legislativas, em todos os níveis de atuação. 3.2. Ampliação dos centros de referência e da documentação para apoio à produção legislativa.
4	Otimizar os fluxos de trabalho legislativos, de fiscalização e administrativos, assim como seu controle.	4.1. Equipar a Câmara com materiais, serviços, e recursos tecnológicos necessários ao cumprimento do seu objetivo institucional.
5	Prover a CMRJ de mão de obra necessária ao seu melhor desempenho.	5.1. Prosseguimento da análise e providências para atendimento às necessidades de mão de obra da Casa. Preenchimento de cargos vagos.
6	Propiciar o resgate da memória do Poder Legislativo Carioca; incentivar a cultura em geral e o acesso da população às manifestações culturais, inclusive através de intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas.	6.1. Criação de espaço físico onde funcionará o Centro Cultural. Aquisição de equipamentos e publicações para suporte aos trabalhos do Centro Cultural; contratações de equipe multiprofissionais.
7	Assegurar recursos para expansão e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, prevendo recursos em especial para as atividades constantes do artigo segundo da Lei nº 5.131, de 17 de dezembro de 2009, que instituiu o Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.	7.1. Aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóveis, materiais e equipamentos destinados à CMRJ, inclusive, entre outros, que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais.

Fonte: DGA – Diretoria-Geral de Administração – CMRJ.

Quanto à execução financeira, o quadro abaixo demonstra o percentual alcançado em cada meta prevista no PPA 2018/2021:

QUADRO 12

Execução das Metas 2018 - QDD: Processamento Legislativo					
AÇÃO PROGRAMADA	**META 2014/2017**	**GESTOR**	**LIMITE DE GASTO**	**DESPESA REALIZADA**	**%**
1	1.1	ASSIMA	7.029.888,84	4.182.523,46	59,5
1	1.2	DAL E ASCOM	7.502.322,16	4.659.603,82	62,1
1	1.3	ASCOM E DMS	7.790.579,82	4.650.495,82	59,7
1	1.4	TV CMRJ	3.023.112,48	2.717.890,36	89,9
2	2.1	DEM	7.721.813,84	2.394.049,81	31,0
3	3.1	DIVERSAS	434.501,91	83.792,57	19,3
3	3.2	DGA E DBD	162.258,81	66.300,00	40,9
4	4.1	DIVERSAS	49.534.684,72	33.125.230,48	66,9
5	5.1	DP E DF	536.740.278,28	504.137.330,63	93,9
6	6.1	CCL	0,00	0,00	
7	7.1		0,00	0,00	

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2018/2021 - DGA

0646

DE: 31/01/19
Fls.: 644

Segundo a Diretoria Geral de Administração, a CMRJ atingiu as metas pré-estabelecidas no PPA, com pouquíssimas exceções, importando ressaltar que alguns produtos apresentaram execução acima do esperado quando da elaboração do PPA 2018-2021.

7. Duodécimos

No exercício de 2018, a arrecadação obtida sob a forma de transferências do Tesouro Municipal atingiu R$ 596.207.200,00.

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, verificou-se uma divergência entre os repasses efetuados pelo Tesouro Municipal e os repasses devidos, considerando o que disciplina a Constituição da República Federativa do Brasil. A interpretação adotada por esta Câmara Municipal, que gera um duodécimo superior ao calculado pelo Executivo, é corroborada por decisão do Tribunal de Contas do Município (conforme 3ª Sessão Ordinária de Plenário, ocorrida em 31/01/17 e 42ª Sessão Ordinária de Plenário, ocorrida em 06/07/17), e consiste no fato de o Poder Executivo não incluir na sua base de cálculo os valores referentes à Arrecadação das Conversões de Depósitos Judiciais e Administrativos Tributários.

Face ao exposto, e considerando o Princípio da Evidenciação, o valor não repassado foi contabilizado como crédito a receber, anotando-se o Tesouro Municipal como devedor, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 13

Em Reais

DUODÉCIMOS EXERCÍCIO 2018		
PREVISTO	**RECEBIDO**	**DIFERENÇA**
596.329.108,00	596.207.200,00	121.908,00

Fonte: Relatório Anual da Gestão - Exercício 2018

8. Limites Legais

No que concerne aos limites legais, no exercício de 2018, apuramos o seguinte:

- Despesa total do Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, limitada a 4% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159: Constituição Federal, art. 29-A, inciso V:

0647

PROC. CMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls. 643

QUADRO 14

Em Reais

LIMITE DA DESPESA TOTAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – 2018	
Constituição Federal, art. 29-A, inciso V (4%)	
Receita Tributária+Transferências	14.908.227.690,41
Despesa Liquidada/Paga	544.519.779,40
Apuração do Limite	**3,65%**

Fonte: Processo nº 1441/2019

• Gastos com Folha de Pagamento, limitados a 70% da receita: Constituição Federal, art. 29-A, §1º:

QUADRO 15

Em Reais

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – 2018	
Constituição Federal, art. 29-A, § 1º (70%)	
Receita total da CMRJ	596.329.108,00
Total da Folha de Pagamento + RP Pago	387.573.404,76
Apuração do Limite	**64,99%**

Fonte: Processo nº 1441/2019

• Gastos com subsídios de vereadores, limitados a 5% da receita do Município: Constituição Federal, art. 29, inciso VII:

QUADRO 16

Em Reais

LIMITE LEGAL DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES – 2018	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 29, inciso VII (5%)	
Receita do Município	27.663.868.799,79
Subsídio dos vereadores	13.030.773,83
Apuração do Limite	**0,0471%**

Fonte: Ofício DP 022/2019

• Despesa total com pessoal, limitada a 60% da receita corrente líquida, sendo 54% para o poder executivo e 6% para o poder legislativo, incluído o Tribunal de Contas (Limite para a CMRJ é de 4,55%): LRF - art. 20, inciso III, alínea a:

QUADRO 17

Em Reais

LIMITE LEGAL DESPESA TOTAL COM PESSOAL – 2018	
Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, art. 20, inciso III, alínea a (4,55%)	
Receita Corrente Líquida	21.193.673.594,80
Despesa Total com Pessoal	446.405.423,31
Apuração do Limite	**2,11%**

Fonte: Relatório Anual da Gestão - Exercício 2018

Pode-se observar, nos quadros apresentados, que todos os limites foram devidamente cumpridos.

PROCESSO Nº 3191/19
DE: 03/10/19
Fls.: 646

9. Almoxarifado

Em 2018, esta Controladoria-Geral realizou auditoria no Almoxarifado da Câmara Municipal com o objetivo de verificar:

- os procedimentos adotados para entradas e saídas de mercadorias;
- as condições de estocagem, segurança e conservação;
- a existência física dos itens selecionados e sua adequação aos registros, a fim de validar a posição na data escolhida;
- a destinação dos itens demandados e eventuais sobras de materiais; e
- os procedimentos contábeis adotados para registro das operações de entrada e saída.

Os exames restringiram-se ao seguinte escopo:

- entrevista com o Chefe do Serviço de Controle de Estoque;
- conferência da posição física dos itens selecionados, cotejando-os com os registros;
- verificação da competência dos registros – cut-off;
- visita às instalações do almoxarifado.

Os trabalhos foram realizados no período de 14/08/2018 a 30/08/2018 e os resultados e conclusões estão apresentados no Relatório de Auditoria CGCM nº 02/2018, discutido com representantes dos setores envolvidos em 12/11/2018.

No pré-falado relatório, foram abordadas questões referentes à estrutura organizacional do setor; aos valores registrados na data escolhida; às formas de aquisição de materiais adotadas na Câmara; aos aspectos contábeis; às condições de armazenagem e aos materiais sem uso e obsoletos.

As fragilidades apuradas, bem como as respostas e providências adotadas, estão descritas no capítulo próprio deste relatório e serão acompanhadas, na forma de follow-up, no decorrer do exercício.

0649

Proc. 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 647

10. Patrimônio

Quanto ao patrimônio da Câmara, efetuamos análise do "Relatório de Inventário Físico de Bens Permanentes – Exercício 2018", emitido pela Comissão Inventariante nomeada pela Resolução da Mesa Diretora nº 9.964, de 18/12/2018.

Segundo informações contidas no pré-falado Relatório, os trabalhos da Comissão foram realizados com base em amostragem, através da conferência da existência dos bens relacionados nos Termos de Responsabilidade fornecidos pela Divisão de Patrimônio.

A Comissão inventariante, em consulta ao Serviço de Frequência, constatou que existiam 149 núcleos ativos na data de 12/02/2019. Contudo, a Divisão de Patrimônio entregou apenas 40 Termos, que relacionavam 2.210 bens, representando cerca de 27% do total de termos.

A inexistência de termos foi atribuída a:

- falta de conferência, pelos Encarregados de Núcleo, da relação de bens entregue pela Divisão de Patrimônio;

- não emissão do Termo pela Divisão de Patrimônio, após devolução da relação de bens conferida pelos Encarregados.

A Comissão relatou a impossibilidade de verificar a totalidade desses bens pelos seguintes motivos:

- Impossibilidade de constatar a existência física dos tablets, tendo em vista que, frequentemente, os servidores que os utilizavam estavam ausentes; e

- Dificuldade de verificar os gabinetes de alguns vereadores, tendo em vista o encerramento dos respectivos mandatos.

Desta forma, após essas exclusões, a amostra foi reduzida para 2.085 bens, dos quais 1.791 foram considerados em conformidade, correspondendo a 85,8% da amostra.

Com base no descrito no Relatório da Comissão Inventariante, constatamos as seguintes inadequações e pontos críticos, que merecem atenção:

a) inexistência de Termos de Responsabilidade para a totalidade dos núcleos cadastrados, conforme relatório gerado pelo Serviço de Frequência, que relacionou 149 núcleos ativos;

b) transferência de bens entre unidades gestoras sem a devida abertura de processo de transferência, acarretando desatualização da relação de bens por unidade e dos respectivos Termos de Responsabilidade;

0650

PROAD 319/19
DE: 03/10/19
Fls.: 648

c) quantidade razoável de bens não localizada pela Comissão; por outro lado, diversos bens foram localizados, mas não estavam relacionados nos termos, demonstrando falta de controle das movimentações; conforme já descrito no item "b";

d) assinatura de Termos de Responsabilidade por pessoas sem prerrogativas para tal, conforme estabelecido nas Resoluções da Mesa Diretora nºs 7.995/2012 e 4.720/2002;

e) desatualização do Manual Operacional do Encarregado de Núcleo, que faz menção à Resolução da Mesa Diretora nº 593/1983, que foi totalmente revogada pela Resolução da Mesa Diretora nº 4.720/2002;

f) substituição de encarregado de núcleo sem a devida formalização de comunicação à Divisão de Patrimônio, acarretando na ausência de prestação de contas dos bens para efetivação da dispensa do encarregado substituído, em desrespeito ao contido na Resolução da Mesa Diretora nº 4.720/2002.

11. Pronto Pagamento

Todos os processos de pronto pagamento são analisados pela Controladoria Geral da Câmara, tanto no momento de sua concessão quanto por ocasião da prestação de contas pelo seu responsável. Através deste acompanhamento, os descompassos administrativos que possam ocorrer são identificados e sanados antes da aprovação da prestação de contas.

A rotina de exame leva em consideração os prazos para aplicação dos adiantamentos concedidos pelo sistema de pronto pagamento e para as respectivas prestações de contas. São verificadas as documentações anexadas nas prestações de contas, bem como as conciliações bancárias entre os extratos de contas correntes apresentados e os comprovantes dos pagamentos efetuados.

No exercício de 2018, foram concedidos 28 adiantamentos, totalizando R$ 88.635,10. Desse total empenhado, R$ 74.408,40 foram liquidados, conforme demonstrado no quadro a seguir:

0651

Proc. 8191/19
DR: 03/06/19
Fls. 642

QUADRO 18

Em Reais

PRONTO PAGAMENTO 2018						
ITEM	**PROC.**	**ANO**	**NE**	**BENEFICIÁRIO**	**VALOR**	**ANULADO**
1	7851	2017	114	Paulo Fernando de Sá Vieira	4.000,00	53,75
2	7852	2017	115	André Luiz Fonseca Alves	4.000,00	0,55
3	810	2018	131	Maurício Novaes Coutinho	319,00	0,10
4	583	2018	132	Edina José Alves	4.000,00	37,72
5	607	2018	133	Artur Eduardo dos Santos Mendoza	4.000,00	-
6	802	2018	134	Leila Ferreira Curi	4.000,00	10,57
7	922	2018	141	Júlia Rothier de Mattos	4.000,00	23,65
8	921	2018	142	José Carlos S. Duarte	340,00	6,30
9	1949	2018	178	Antônio Fonseca Fernandes	340,00	9,25
10	1980	2018	179	Roberto Escudero Delgado	4.000,00	1.635,46
11	1324	2018	180	Flávio Baptista de Oliveira	4.000,00	3.443,20
12	2063	2018	182	Cláudio José Pascoal Campos	4.000,00	334,84
13	2535	2018	219	Guilherme Mattos Coutinho	340,00	8,65
14	2771	2018	235	Paulo Fernando de Sá Vieira	4.000,00	86,21
15	3094	2018	251	Leila Ferreira Curi	4.000,00	5,13
16	3134	2018	253	José Carlos S. Duarte	340,00	-
17	3293	2018	263	Edina José Alves	4.000,00	8,46
18	3137	2018	264	Maurício Novaes Coutinho	413,05	0,25
19	3754	2018	301	Cláudio José Pascoal Campos	8.800,00	15,38
20	4195	2018	304	Antônio Fonseca Fernandes	880,00	98,70
21	4288	2018	313	André Luiz Fonseca Alves	8.800,00	3.558,09
22	4231	2018	318	Artur Eduardo dos Santos Mendoza	4.000,00	-
23	4482	2018	334	Flávio Baptista de Oliveira	4.000,00	3.432,90
24	4825	2018	338	Leila Ferreira Curi	4.000,00	1,37
25	4817	2018	339	José Carlos S. Duarte	410,00	2,12
26	4925	2018	347	Roberto Escudero Delgado	7.000,00	1.041,00
27	5009	2018	356	Jorge Oliveira Santos	240,00	-
28	5740	2018	371	Maurício Novaes Coutinho	413,05	413,05
TOTAL					**88.635,10**	**14.226,70**
EMPENHOS LIQUIDADOS					**74.408,40**	

FONTE: SACE

Proc. nº 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 650

12. Das Contratações

No exercício de 2018, foram emitidos empenhos relativos às contratações da CMRJ no montante de R$ 53.361.101,65, incluídos nesse valor os procedimentos licitatórios; as renovações contratuais; bem como as dispensas e inexigibilidades, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 19

Em Reais

Valores Empenhados				
	Exercício 2017		Exercício 2018	
Modalidade	Valor	%	Valor	%
Concorrência	20.361.134,80	29,98	15.220.186,78	28,52
Tomada de Preços	962.146,38	1,42	1.372.926,17	2,57
Convite	749.582,06	1,10	515.811,64	0,97
Pregão	26.237.359,96	38,64	16.179.299,30	30,32
Dispensa	14.581.232,40	21,47	14.051.520,16	26,33
Inexigibilidade	5.016.831,15	7,39	6.021.357,60	11,28
TOTAL	**67.908.286,75**	**100,00**	**53.361.101,65**	**100,00**

Inclui valores das despesas realizadas através do FECMRJ
Fonte: Relatório por tipo de Empenho - Diretoria de Finanças

O quantitativo de procedimentos licitatórios está demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 5

Quantidade de Procedimentos Licitatórios

	QUANTIDADE	
Modalidade	Iniciados	Concluídos
Convite	2	0
Tomada de Preços	1	1
Concorrência	1	0
Pregão	30	20
TOTAL	**34**	**21**

Fonte : Memo CL 01/2019

Observa-se que a utilização do pregão presencial está consolidada na CMRJ, sendo esta a modalidade licitatória mais utilizada no exercício de 2018, correspondendo a, aproximadamente, 38% do total de contratações realizadas.

Quanto à utilização do pregão eletrônico, através do Processo CMRJ nº 2817/2019, a Assessoria de Planejamento e Gestão informou que, após a formalização do Termo de Adesão SLTI/MP nº 243/2013 ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, celebrado com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, os servidores foram cadastrados, permitindo o acesso ao sistema. No momento, estão sendo adotadas providências para o treinamento dos servidores, visando à operacionalização do sistema.

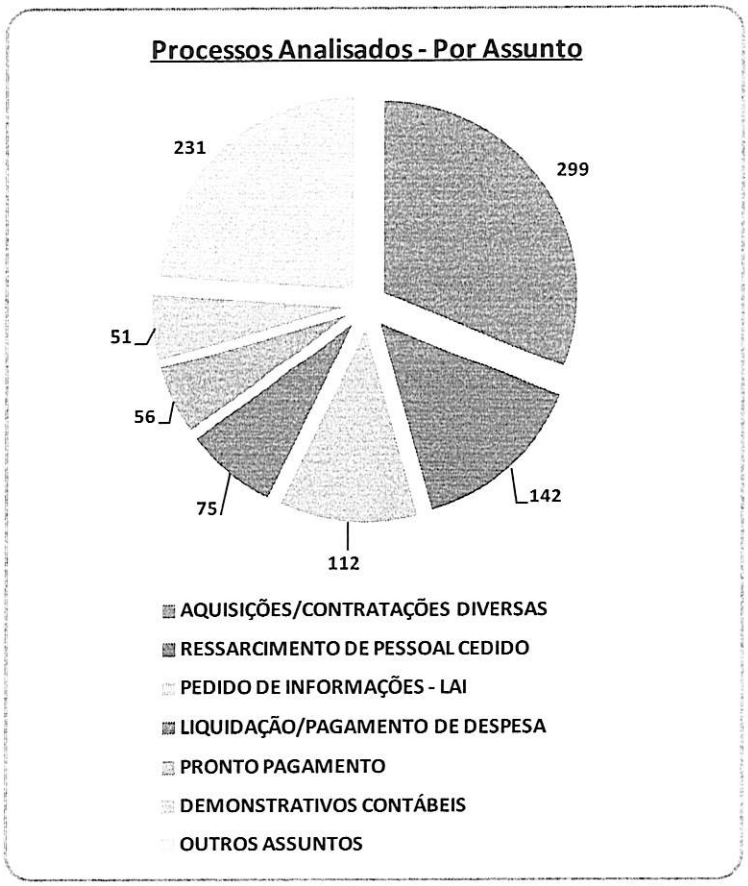
0653

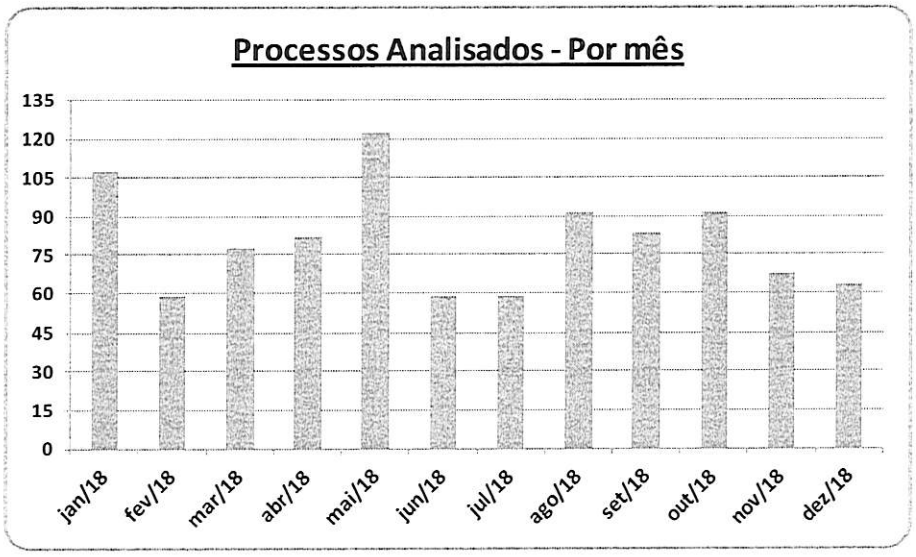
Proc. 3/9 | 19
Dt: 3/10/19
Fls.: 651

12.1. Análise Processual

No exercício de 2018, por meio de suas atividades rotineiras de análise de processos e orientações aos setores, a Controladoria-Geral funcionou em 966 processos, expedindo 896 despachos orientadores ou de mero seguimento.

As análises foram distribuídas nos seguintes assuntos e meses:





0654

PROCOMSA 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 652

13. Demonstrações Contábeis

13.1 Exame das Demonstrações Contábeis

A análise das Demonstrações Contábeis consiste em uma avaliação objetiva da posição patrimonial da entidade, bem como de sua execução orçamentária e financeira, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor.

O presente processo de contas, elaborado de forma agregada, engloba as contas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) e do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (FECMRJ).

Foi realizada análise da posição patrimonial e financeira da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e do Fundo Especial, a partir dos demonstrativos contábeis constantes do Relatório de Gestão, para o exercício 2018, tomando-se como referencial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e os conceitos correntes na ciência contábil sobre análise de demonstrativos contábeis, com a finalidade de confirmar:

- a veracidade das informações contidas no Relatório de Gestão;

- a exatidão dos saldos apresentados nas respectivas demonstrações;

- a consistência entre os demonstrativos contábeis.

O presente relatório foi elaborado com vistas a demonstrar a conclusão deste órgão de Controle Interno acerca da legalidade e da legitimidade dos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a avaliação dos respectivos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia, de forma a subsidiar a emissão do Parecer e do Certificado de Auditoria.

Com relação à confiabilidade das informações e aderências às normas contábeis e demais legislações vigentes, foi realizado por esta Controladoria-Geral exame nas Demonstrações Contábeis, com conclusão de que estavam sendo observados os princípios e normas que disciplinam as matérias.

13.2. Sistema Informatizado e Integrado de Administração Financeira, Controle e Pessoal

O sistema utilizado pelo serviço de controle contábil para a escrituração e levantamento das demonstrações contábeis atende às normas vigentes relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no que tange ao Plano de Contas e à nova estrutura das Demonstrações Contábeis.

Foi iniciado, em 2017, o processo de substituição do Sistema Informatizado terceirizado em utilização pela Câmara Municipal, sobre o qual a Casa não

0655

PROCESSO Nº 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 653

possuía direito sobre os códigos-fontes, nem sobre a gestão das informações já lançadas, pelo Sistema Informatizado em uso no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e desenvolvido por sua Assessoria de Informática, o Sistema de Patrimônio Orçamento e Controle – SPOC.

Assim, um auditor de controle externo do Tribunal foi convidado para coordenar o projeto na Casa Legislativa, tendo em vista a implantação do módulo contábil, e, posteriormente, dos módulos de execução orçamentária, patrimonial, almoxarifado, contratos e compras. Espera-se, com a integração destes módulos, a otimização dos fluxos de trabalho internos, bem como o aumento da colaboração entre os departamentos e a eliminação de retrabalho.

No que concerne ao sistema integrado de gestão de pessoas, cuja ausência já foi apontada em relatórios anteriores, está prevista a integração em um segundo momento.

No exercício de 2018, foi implantado o módulo contábil do SPOC, onde foram realizados todos os registros contábeis, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e que permitiram a elaboração das Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O planejamento para continuidade da implantação integral do SPOC prevê a realização de testes dos módulos de orçamento e execução orçamentária ao longo do exercício de 2019, e a efetiva implantação deste módulo em 2020.

14. Das Fragilidades

As fragilidades apontadas nos últimos anos vêm sendo acompanhadas pela Controladoria-Geral, no que se refere à implementação e/ou justificativa para o não atendimento.

14.1. Das Fragilidades Apontadas em Anos Anteriores

Nesta seção, estão descritas as fragilidades apontadas em exercícios anteriores e ainda pendentes de implementação.

0656

Fls. 3191/19
Fls. 654

Item no relatório Original	Tipo	Descrição
Ponto 2 do RAG 001/2017	**R**	**Recomendação**: Que sejam realizados inventários regulares dos itens constantes no patrimônio, de forma a corrigir eventuais divergências entre a localização efetiva do item e aquela constante no sistema. **Resposta**: Por meio do processo 1639/2019, o Diretor da Divisão de Patrimônio informou que o setor atua de forma sistêmica no controle e na gestão patrimonial dos bens da Câmara. Alerta que, devido às atividades inerentes à função legislativa, podem ocorrer movimentações patrimoniais em desconformidade com a sistemática atual de gestão patrimonial. .Ressalta, contudo, que o novo plano de trabalho da Divisão de Patrimônio visa reduzir de forma considerável essas inconsistências e todas as medidas já foram tomadas. **Posicionamento da CGCM**: Após leitura do Relatório de Inventário Físico de Bens Permanentes, elaborado pela Comissão inventariante, constatamos que ainda persistem as divergências entre a localização efetiva do item e aquela constante no sistema, pelo que a fragilidade será mantida com o status de Reiterada.
Ponto 3 do RAG 001/2017	**R**	**Recomendação:** Que seja providenciada a elaboração de tantos Termos de Responsabilidade, quantos sejam os núcleos ativos, quando aplicável, a fim de cobrir a totalidade dos bens patrimoniais existentes na Casa. **Resposta**: Por meio do processo 1639/2019, o Diretor da Divisão de Patrimônio informou que o atual modelo de levantamento patrimonial é feito com base em amostragem, utilizando os conceitos subsidiários da NBC T 11.11-Amostragem. Entretanto, a Divisão de Patrimônio incluirá em seu programa de trabalho a premissa de cobrir a totalidade dos bens constantes desta Casa de Leis. **Posicionamento da CGCM**: Após leitura do Relatório de Inventário Físico de Bens Permanentes, elaborado pela Comissão inventariante, verificou-se que persiste a situação, uma vez que não estão sendo emitidos Termos de Responsabilidade para todos os núcleos ativos, seja porque os Encarregados de Núcleos não efetuaram a conferência dos bens constantes da relação entregue pela Divisão de Patrimônio; seja porque a Divisão de Patrimônio não procedeu à geração do Termo, após a conferência pelo Encarregado de Núcleo. Não se trata de efetuar levantamento por amostragem, mas de deixar de atribuir responsabilidade aos Encarregados de Núcleo. Desta forma, a fragilidade será mantida com o status de Reiterada.
OM 1 do Relatório 001-A/2017	**OM**	**Sugestão:** Sugere-se que o programa de trabalho destinado à despesa seja designado por unidade competente, previamente ao envio do processo à Divisão de Orçamento para emissão da Reserva Técnica. **Resposta**: Por meio do processo 1784/2019, o Diretor da Divisão de Orçamento informou que, na verdade, há uma inadequação no fluxo processual, impedindo que a informação sobre o PT ocorra em momento anterior à remessa para efetivação da reserva, uma vez que o processo é encaminhado diretamente da DMS para a reserva. Para que o programa possa ser informado previamente à elaboração da reserva, seria necessário o encaminhamento da DMS à DGA. **Posicionamento da CGCM**: Considerando o exposto, a sugestão foi mantida, com alterações, no sentido de que o fluxo processual seja alterado, na forma sugerida pela Divisão de Orçamento.
OM 2 do Relatório 001-A/2017	**OM**	**Sugestão:** Sugere-se a atualização do Decreto Legislativo nº 26/1991, que estabelece as competências das unidades administrativas da Câmara, a fim de que represente de forma fidedigna as competências administrativas do Serviço de Pagamento. **Resposta**: Por meio do processo 1784/2019, a responsável pela Divisão de Execução Financeira expressou sua concordância com o conteúdo da oportunidade de melhoria, solicitando providências para que o DL 26/1991 venha a ser atualizado. Contudo, nenhuma providência foi adotada. **Posicionamento da CGCM**: Considerando o exposto, a sugestão foi reiterada.

Legenda: Tipo: R – Recomendação; OM – Oportunidade de Melhoria.

0657

Proc. CMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls. 655

14.2. Das Fragilidades verificadas nos Relatórios de Auditoria emitidos no decorrer do Exercício de 2018

No exercício de 2018, foram realizadas duas auditorias: Auditoria no Processo de Pagamento a Pessoal e Auditoria Operacional no Almoxarifado.

As fragilidades apuradas em ambas as auditorias foram discutidas com os setores envolvidos. Algumas foram implementadas previamente à emissão deste Relatório, motivo pelo qual não estão relacionadas abaixo. O quadro a seguir demonstra apenas aquelas que não foram implementadas, ou que estão em vias de implementação.

Origem	Tipo	Descrição	Status
Ponto 4 do RAG 002/ 2018	**R**	**AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DISPONÍVEIS NO ESTOQUE** Recomendação: análise quanto à utilidade dos itens, promovendo: - utilização daqueles que podem ser aproveitados; - descarte, por obsolescência, imprestabilidade ou desuso, dos demais. **Resposta**: Por meio do processo 5496/2018, a DEM informou alguns itens que poderiam ser baixados (fls. 18). Contudo, às fls. 22, houve despacho contraditório, relacionando os mesmos bens para que fossem mantidos no estoque. Houve novo encaminhamento da CGCM, despacho 418/2019, inserto no referido processo, a fim de que fossem informados os bens a serem baixados e aqueles que devem ser mantidos em estoque. **Posicionamento da CGCM**: Diante do relatado, o ponto foi considerado não implementado, mas em andamento.	2
Ponto 6 do RAG 002/ 2018	**R**	**INSTALAÇÕES INADEQUADAS** **Recomendação:** análise urgente da estrutura e das condições prediais do local. **Resposta:** A Diretoria Geral de Administração, por meio do processo 5499/2018, informou que instruiu a Diretoria de Engenharia e Manutenção, no sentido de que, embora os subsolos sejam utilizados apenas para a guarda de itens de pouca demanda (1º subsolo) e repositório de mobiliário a ser remanejado ou descartado (2º subsolo), estes espaços devem ter o mesmo cuidado de manutenção predial como qualquer outro espaço da CMRJ, ou até maior, uma vez que a localização do prédio – redes pluviais e de esgoto intermitentemente congestionadas – obriga a uma permanente e constante inspeção, com providências imediatas, incluindo o funcionamento regular dos exaustores de ar do prédio. **Posicionamento da CGCM:** Tendo em vista que houve determinação da DGA para a DEM para que fossem adotadas providências em relação às instalações do subsolo, entendemos que a recomendação ainda não foi implementada, estando em andamento as providências para solução da situação.	2

0658

Rec. CMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls. 656

Origem	Tipo	Descrição	Status
OM 1 do RAG 002/ 2018	**OM**	**ANÁLISE DOS PRAZOS DE EFETIVAÇÃO DAS LICITAÇÕES** **Sugestão:** sugere-se que a Diretoria-Geral de Administração, juntamente com os setores envolvidos no processamento da licitação, avalie os motivos que ocasionam os diversos atrasos na realização dos certames, visando à otimização dos prazos, de forma a evitar o término do estoque antes da sua efetiva compra. **Resposta:** Por meio do processo 5499/18, a DGA informou que, não só para os processos que envolvam as licitações, como para todos os demais, estaria procedendo, em conjunto com os órgãos de controle, análise dos respectivos fluxos, buscando eliminação de gargalos e entraves provocadores dos inconvenientes mencionados. **Posicionamento da CGCM:** Tendo em vista a resposta apresentada, a sugestão encontra-se em implementação. No que concerne à análise dos fluxos, a CGCM está trabalhando na edição de orientações técnicas, que abordarão também os fluxos.	**2**
OM 4 do RAG 002/ 2018	**OM**	**ACESSO INADEQUADO À COPA** **Sugestão:** Sugerimos a readequação do acesso, de forma a impedir a exposição dos materiais a todos os funcionários. **Resposta**: Por meio do processo 5498/2018, a Diretora de Material e Serviços informou que foi solicitado à Diretoria de Engenharia e Manutenção a alteração do acesso à copa. Por sua vez, a DEM informou que o processo referente à obra já foi aberto – número 531/2019. **Posicionamento da CGCM**: Entendemos que a sugestão ainda não foi implementada, estando em andamento as providências para solução da situação.	**2**
Ponto 1 do RAG 003/ 2018	**R**	**PAGAMENTO A SERVIDOR POR MEIO DE CONTRACHEQUE NÃO OFICIAL** **Recomendação**: Efetuar as correções dos contracheques nos sistemas de Folha de Pagamento previamente ao efetivo pagamento ao servidor. Por meio do Processo nº 5885/2018, o Diretor da Divisão de Pagamento de Pessoal informou o Suplemento de Tesouraria é realizado quando se percebe um erro no pagamento após o fechamento da folha. Não sendo possível implantar os novos valores no PRODERJ, a correção é feita na própria divisão, com a elaboração de um contracheque manual. Tal procedimento ocorre para evitar atraso no pagamento do servidor, uma vez que o suplemento do PRODERJ sai entre os dias 10 e 15. Complementou que para acatar esse item, teria que pagar sem contracheque ou utilizar o suplemento do PRODERJ, deixando de fazer o de Tesouraria. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que pode ser adotada a solução indicada pelo setor, no sentido de que formalize toda a situação no processo, sem a necessidade de elaborar um contracheque manualmente. Efetue o pagamento sem contracheque e, assim que possível, regularize o contracheque no PRODERJ.	**2**

0659

Fls. CMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls. 657

Origem	Tipo	Descrição	Status
Ponto 2 do RAG 003/ 2018	**R**	**PAGAMENTO A SERVIDOR POR MEIO DE CHEQUE** **Recomendação**: Não realizar pagamento a servidor por meio de cheque. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Pagamento informou que os pagamentos de servidores da CMRJ são efetuados em cheque nominal com base na determinação e autorização do Primeiro Secretário. Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que o procedimento só ocorre por determinação do Primeiro-Secretário. Dessa forma, a recomendação seria atendida após esclarecimentos da Controladoria-Geral aos ordenadores de despesa, no qual fossem relatadas as dificuldades de escrituração e controle dessa forma de pagamento, bem como das responsabilidades decorrentes da utilização desse meio de pagamento. **Posicionamento da CGCM:** Considerando a resposta, a CGCM verificará em 2019 se há reincidência do ponto ou se foram adotadas providências para implementação da recomendação.	**2**
Ponto 3 do RAG 003/ 2018	**R**	**CANCELAMENTOS DE AUTDEB SEM CORRESPONDENTE CANCELAMENTO DE LIQUIDAÇÃO (P/BLOQUEIOS E REJEIÇÕES)** **Recomendação**: Adequar o procedimento de maneira que a Execução Orçamentária, divulgada no Portal da Transparência por meio do QDD, que serve de base para apuração dos Limites Constitucionais do Art. 29-A, fique compatível com a Execução Financeira. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Empenho informou que entendia ser possível o cancelamento parcial da liquidação, uma vez "identificados pagamentos bloqueados e/ou rejeitados" pelas unidades responsáveis que motiva "cancelamentos de Autdeb", e comunicado ao Serviço de Empenho a parcela exata a ser cancelada. Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que o fato ocorre em razão de bloqueios realizados em função de exonerações após o fechamento da folha com data retroativa. Segundo a Diretora, essas ocorrências seriam evitadas se as exonerações não ocorrerem nos últimos 5 dias úteis de cada mês, pois para exonerações anteriores haveria tempo hábil para correção, a partir de um quadro-resumo que possibilitasse a análise do técnico, tornando desnecessários cancelamentos nas ordens de despesa. Desta forma, a Diretoria de Finanças comprometeu-se junto à Diretoria de Pessoal com o fechamento desse quadro-resumo da folha de pagamento já saneada pelo trabalho conjunto de técnicos da Divisão de Execução Financeira e técnicos da Divisão de Pagamento de pessoal, com implementação a partir do mês de março/2019. Quanto às rejeições de pagamentos que ocorrem em função de divergências de dados pessoais e contas bancárias, tais procedimentos serão resolvidos pela Diretoria de Pessoal junto ao Banco do Brasil, em tempo a ser definido pela Diretoria de Pessoal. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que a implementação da recomendação está em andamento.	**2**

0660

Proc. ICMRJ 3191/19
Fls: 031 0/19
Rub. 658

Origem	Tipo	Descrição	Status
Ponto 4 do RAG 003/ 2018	**R**	**DIVERGÊNCIA ENTRE RELATÓRIO FINANCEIRO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** **Recomendação:** Informar na Execução Orçamentária o valor efetivamente pago por intermédio do cancelamento parcial da OP, ou a correção do valor da Liquidação. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Empenho informou que entendia que após acatada a sugestão indicada no item 3, a questão seria minimizada, desde que a providência fosse formalizada dentro do mês, evitando assim "valores superavaliados". Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que entendia que atendida a recomendação feita no item 3, não haveria mais divergências entre Relatórios Financeiros e Execução Orçamentária, considerando que a solução estaria implementada a partir de março/2019. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que a implementação da recomendação está em andamento.	**2**
Ponto 6 do RAG 003/ 2018	**R**	**PENDÊNCIA DE PAGAMENTO (REJEITADO) QUE CONSTA COMO REALIZADO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** **Recomendação:** Informar o pagamento parcial da OP, sem considerar os valores que ficaram pendentes, ou corrigir o valor da Liquidação. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Empenho entendeu que o ponto era semelhante ao ponto 3, demandando ação semelhante, ou seja, cancelamento parcial da liquidação e, depois de cumpridas as exigências, retornar expediente ao Serviço de Empenho,propondo nova liquidação, observado caso a caso. Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que acertado o procedimento quanto às divergências de dados/contas pessoais entre Diretoria de Pessoal e Banco do Brasil, acredita-se que não ocorrerão mais pendências de pagamentos dos servidores e, consequentemente, não haverá mais divergência entre as execuções financeira e orçamentária, informando, ainda, que o prazo para implementação dependeria do acerto de procedimentos entre aquela Diretoria e o banco. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que a implementação da recomendação está em andamento.	**2**
Ponto 7 do RAG 003/ 2018	**R**	**REGISTRO DE RETENÇÕES NÃO REALIZADAS** **Recomendação**: Realizar os registros na data em que ocorrerem, respeitando o princípio da oportunidade. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Empenho entendeu que o ponto era semelhante ao ponto 3, demandando ação semelhante, ou seja, cancelamento parcial da liquidação e, depois de cumpridas as exigências, retornar expediente ao Serviço de Empenho,propondo nova liquidação, observado caso a caso. Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que, tendo em vista impasse no trato da questão entre técnicos da Divisão de Execução Financeira e Divisão de Pagamento de Pessoal, houve o compromisso de reunião entre os técnicos, para abordar a questão, informando ainda que o prazo ocorrerá em função das conclusões alcançadas para o tratamento da questão. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que a implementação da recomendação está em andamento.	**2**

0661

Proc. TCMRJ 3191/19
Fls. 659

Origem	Tipo	Descrição	Status
Ponto 8 do RAG 003/ 2018	**R**	**VALOR DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS SUBESTIMADO NOS RELATÓRIOS ORÇAMENTÁRIOS E NA TRANSPARÊNCIA ATIVA DA CÂMARA** **Recomendação**: Fazer conter na relação de Restos a Pagar Processados apenas os empenhos e OP's emitidos, mas que não foram efetivamente pagos no exercício. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5884/2018, o Chefe do Serviço de Empenho entendeu que o ponto era semelhante ao ponto 3, demandando ação semelhante, ou seja, cancelamento parcial da liquidação e, depois de cumpridas as exigências, retornar expediente ao Serviço de Empenho,propondo nova liquidação, observado caso a caso. Posteriormente, às fls. 28 e seguintes, a Diretora de Finanças complementou a resposta, informando que entendia que a recomendação seria atendida em consequência da mudança dos procedimentos relatados nos itens anteriores, no mesmo prazo daqueles. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que a implementação da recomendação está em andamento.	**2**
Ponto 9 do RAG 003/ 2018	**R**	**CONTRACHEQUE ELABORADO MANUALMENTE NOS CASOS DE SUPLEMENTO DE TESOURARIA** **Recomendação**: Gerar o contracheque por meio do sistema oficial de pagamento a pessoal. **Resposta:** Por meio do Processo nº 5885/2018, o Diretor da Divisão de Pagamento de Pessoal informou o Suplemento de Tesouraria é realizado quando se percebe um erro no pagamento após o fechamento da folha. Não sendo possível implantar os novos valores no PRODERJ, a correção é feita na própria divisão, com a elaboração de um contracheque manual. Tal procedimento ocorre para evitar atraso no pagamento do servidor, uma vez que o suplemento do PRODERJ sai entre os dias 10 e 15. Complementou que para acatar esse item, teria que pagar sem contracheque ou utilizar o suplemento do PRODERJ, deixando de fazer o de Tesouraria. **Posicionamento da CGCM:** Diante do relatado, entendemos que pode ser adotada a solução indicada pelo setor, no sentido de que formalize toda a situação no processo, sem a necessidade de elaborar um contracheque manualmente. Efetue o pagamento sem contracheque e, assim que possível, regularize o contracheque no PRODERJ.	**2**

Legenda:

Status: 1 – Implementada; 2 – Não implementada, em andamento; 3 – Não implementada, sem providência; 4– Reformulada; 5 – Reiterada; 6 – Sobrestado e 7 – Substituída por nova auditoria.

Tipo: R – Recomendação; OM – Oportunidade de Melhoria.

0662

Proc.TCMRJ 31/11/19
DE: 03/06/19
Fls. 660

16. Conclusão

Em decorrência dos exames realizados nos documentos que compõem o presente processo de contas e dos trabalhos de auditoria empreendidos por esta Controladoria-Geral, concluímos pela regularidade, com ressalva, da gestão na utilização dos recursos públicos alocados a esta Casa, referente ao exercício financeiro de 2018, conforme Fragilidades descritas na seção 14.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019 .

Membros da CGCM:

Vinicius Costa Rocha Viana
Controlador-Geral da Câmara
Mat.: 31/815.940-2
CRC-RJ 066.837/O-5

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Auditor-Geral da Câmara
Mat.: 31/815.939-4
CRC-RJ 073.693/O-3

Equipe de Apoio:

Andreia Agresta Correa
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.982-5

Marcello de Souza Coelho
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.878-5

Bruna Destro Batista
Analista Legislativo
Mat.: 10/814.876-9

Maria de Lourdes Campos Oliveira
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/816.367-7

Cíntia Letícia Fernandes da Silva
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/816.372-7

Mônica do Nascimento Simone
Assessora de Controle Interno
Mat.: 31/815.946-9

Geraldo de Abreu Júnior
Assessor de Informações Gerenciais
Mat.: 31/815.947-7

Rafael Gustavo Soledade Santos
Assistente Técnico Legislativo
Mat.: 10/802.285-7

Estagiários:
Arlisia Mara Amorim Ribeiro Santos

0663

PROCURADORIA GERAL
DE: 03/06/19
Fls.: 661

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 662

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2018

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Examinamos os documentos encaminhados pelos agentes responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial e pela guarda e conservação dos bens pertencentes à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, relativos ao exercício financeiro de 2018, e que compõem o presente processo de Prestação de Contas da Gestão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – Exercício de 2018.

Nesses exames, realizados por amostragem, em conformidade com os procedimentos usualmente adotados e aceitos, na extensão e profundidade julgados suficientes, não foram evidenciados fatos relevantes que comprometam a utilização dos recursos públicos geridos por esta Casa.

No entanto, foram constatadas algumas fragilidades, que estão devidamente apresentadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 001/2019, como recomendações.

Também examinamos as Demonstrações Contábeis elaboradas no exercício e entendemos que representam, em todos os aspectos relevantes, a posição **patrimonial e financeira** da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2018.

Assim, CERTIFICAMOS A REGULARIDADE da Prestação de Contas, com RESSALVA das fragilidades apresentadas.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Auditor-Geral
Mat.: 31/815.939-4
CRC-RJ 073.693/O-3

PROC.CMRJ 319/19
DE: 03/06/19
Fls.: 663

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PARECER DA AUDITORIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

PROCESSO 3191/19
DE: 03/06/18
Fls.: 0667

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2018

PARECER

Em cumprimento ao disposto nos artigos 87 e 96 da Lei Orgânica do Município; no artigo 40, III, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; no artigo 160, VII, do Regimento Interno da Egrégia Corte de Contas; e, finalmente, no artigo 2º da Lei nº 5.372/2012, que criou a Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foi realizado o exame das contas desta Casa, com vistas à comprovação da legalidade e à avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos agentes responsáveis pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no exercício financeiro de 2018.

As análises efetuadas estão consubstanciadas no Relatório de Auditoria de Gestão e no respectivo Certificado de Auditoria, cuja opinião, por mim acolhida, foi pela REGULARIDADE COM RESSALVA da gestão praticada pelos responsáveis no período examinado.

Assim, o processo de contas em apreço, organizado na forma regulamentar, encontra-se em condições de ser encaminhado ao Tribunal de Contas, para os fins do inciso II do art. 88 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2018.

Vinicius Costa Rocha Viana
Controlador-Geral da Câmara
Mat.: 31/815.940-2
CRC-RJ 066.837/O-5

Proc. 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 665

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONHECIMENTO DO PARECER PELA DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

CGCM / Controladoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Proc.TCMRJ 3191/19
DE: 03/06/19
Fls.: 666

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2018

A Diretoria-Geral de Administração declara ciência acerca do Parecer da Controladoria-Geral e atesta haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria, referentes às contas do exercício financeiro de 2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e informa que envidará os esforços necessários, de maneira célere e efetiva, junto às suas unidades subordinadas, bem como às demais unidades desta Casa, na resolução dos apontamentos elencados no referido Relatório.

Assim, o processo de contas em apreço, organizado na forma regulamentar, encontra-se em condições de ser encaminhado ao Tribunal de Contas, para os fins do inciso II do art. 88 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019.

Mário Antunes
Diretor-Geral de Administração
Mat.: 60/806.287-9

0669

3191 19
DE: 03/06/19
Fls.. 667

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONHECIMENTO DO PARECER PELA MESA DIRETORA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA

EXERCÍCIO 2018

PROC./CMRJ: 3191 /19
DE: 03/06/19
Fls.: 668

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2018

A Mesa Diretora declara ciência acerca do Parecer da Controladoria-Geral e atesta haver tomado conhecimento das conclusões expressas no Relatório de Auditoria de Gestão e no Certificado de Auditoria referentes às contas do exercício financeiro de 2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instruídas no presente processo.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2019.

Vereador **Jorge Felippe**
Presidente

Vereadora **Tânia Bastos**
1º Vice-Presidente

Vereador **Zico**
2º Vice-Presidente

Vereador **Rocal**
1º Secretário

Vereador **Felipe Michel**
2º Secretário

Ao Serviço de Protocolo e Arquivo,

Considerando a edição da Orientação Técnica CGCMRJ nº 02 – Autuação Processual que prevê em seu item 01 que os processos devem ter, no máximo, 300 folhas em cada volume, exceto se houver documentação que, pela importância, não possa ser cindida;

Considerando que o número de folhas deste processo não está adequado ao previsto na Orientação Técnica nº 02 da CGCMRJ;

Solicito abertura de novos volumes, com posterior retorno a esta Controladoria–Geral para o encaminhamento da Prestação de Contas à Mesa Diretora.

Em 03 de junho de 2019.

Vinícius Costa Rocha Viana
Matrícula nº 31/815.940-2
Controlador-Geral

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Processo CMRJ nº 3191/2019.
Data 03/06/19. Fls. 670.
Rubrica

PROCESSO DESMEMBRADO EM VOLUMES, A SABER:

- VOL. I: FLS. 02 ÀS FLS. 300 - ENCERRADO
- VOL. II: FLS. 301 ÀS FLS. 600 - ENCERRADO
- VOL. III: FLS. 601 EM DIANTE

EM 04/06/19.

À CONTROLADORIA-GERAL DA CMRJ, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO CONTIDA ÀS FLS. 669 DO P.P.

EM 04/06/19

Lucimeri Aparecida Manoel
Matr. 12/803.585-9
Chefe do Serviço de Protocolo e Arquivo

José Eudoxio B. Vidal
Subst. Eventual do Serv.
de Protocolo e Arquivo
Matr. CMRJ 10/802317-8

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Entrada em 14 / 06 / 2019
16h
Nº Única
10815052-6

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
Gabinete da Presidência

Processo CMRJ 3191/19
Data 03 / 06 / 19 fls. 671
Rubrica

Processo CMRJ 3191/19

A Mesa Diretora em cumprimento ao disposto no art. 6°, da Lei n° 5.372, de 10 de abril de 2012, tomou ciência do Parecer da Controladoria-Geral, bem como conhecimento das conclusões expressas no Relatório e Certificado de Auditoria, referentes às contas do exercício financeiro de 2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instruídas no presente processo.

Encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Em 12 de junho de 2019

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente

Vereadora Tânia Bastos
1° Vice-Presidente

Vereador Zico
2° Vice-Presidente

Vereador Rocal
2° Secretário no exercício
da 1ª Secretaria

Vereador Felippe Michel
1° Suplente, no exercício
da 2° Secretaria

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUN. DO RJ
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES - DCO
RECEBIDO
Em 13 / 06 / 2019

Ao GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em prosseguimento.
Em 13 / 06 / 2019

RECEBIDO HOJE.
Gabinete da Presidência
Em, 13/06/2019
FRANCISCO ANTONIO MELO
Mat. 90/902.042-1 - TCMRJ

-A Secretaria Geral de Controle Externo, solicitando instruir.
Em 13.06.2019.

Sergio Aranha
Secretário-Geral da Presidência
Matr. 90/901.089

SECR. GERAL DE CONTROLE EXTERNO
Recebido em 13/06/2019
Marcus Guerreiro de Souza Ventura
Assistente II
Matr. 40/901.421-8 - TCMRJ

0676

Processo:	CMR/03191/2019
Objeto:	Prestação de Contas de Gestão ordinária – exercício de 2018
Unidade jurisdicionada:	Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ
Responsáveis:	Jorge Miguel Felippe Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva Antônio Jose Papera de Azevedo Carlo Ferreira de Caiado Castro Claudio Bonfim de Castro e Silva Felipe Michel
Proposta:	Encaminhamento às Especializadas para análise e instrução

Senhor Inspetor da 3ª IGE,

Cuida o presente da Prestação de Contas de Gestão referente ao exercício de 2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ.

Considerando a competência de sua Inspetoria pertinente à jurisdicionada mencionada acima, solicita-se que seja informado:

- ✓ Se nas instruções processuais, auditorias e/ou inspeções realizadas, **abrangendo o exercício de 2018**, foram identificados fatos que possam ser enquadrados **no inciso II e nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso III, do art. 47**[1] **da Lei nº 289, de 25/11/1981 (Lei Orgânica do TCMRJ)**, alterada pelas Leis nº 82, de 16/01/2007 e nº 109, de 04/01/2011. Em caso positivo, indicar o número do processo e a última decisão desta Corte;

[1] Art. 47 - As contas serão julgadas:
[...]
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário; ou
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
a) grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico; ou
c) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

- ✓ Se há auditorias e/ou inspeções programadas abrangendo o exercício de 2018.

Posteriormente, solicita-se o encaminhamento dos autos às 5ª IGE, 7ª IGE e CAD para atendimento dos 2 itens mencionados acima, com posterior envio a esta Secretaria Geral de Controle Externo.

Em 04 de julho de 2019.

FABIO FURTADO DE AZEVEDO
Secretário-Geral de Controle Externo/SGCE
Mat. 40/901.362-4

MÁRCIO SÉRGIO FERNANDES
Assessor Especial / SGCE
Mat. 40/901.484-6 / TCMRJ

Mariucia de Paiva Menezes
Auditor de Controle Externo

SGCE - 5ª Inspetoria Geral de Controle Externo

Solicitação de informações na Prestação de Contas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ, referente ao exercício de 2018. ***Encaminhamento à 7ª IGE.***

Senhor Inspetor Geral,

Trata o presente processo de solicitação de informações relativas à identificação, por esta IGE, de fatos ocorridos no exercício de 2018 que pudessem impactar a análise da presente Prestação de Contas.

Objetivando atender a solicitação, temos a informar que não foram identificados fatos relativos às atividades desta Inspetoria que possam ser enquadrados nos incisos II e alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do art. 47 da Lei nº 289, de 25/11/1981 (Lei Orgânica do TCMRJ), alterada pela Lei Complementar nº 82, de 16/01/2007, bem como a inexistência, no Relatório da Auditoria Geral da Controladoria Geral da Câmara Municipal, de algum ponto relevante a ser considerado na análise deste processo.

Outrossim, cabe ressaltar que não há inspeção programada, por esta IGE, que abrangerá o exercício de 2018 da jurisdicionada.

Diante do exposto, e após as informações fornecidas, sugerimos o encaminhamento dos autos à 7ª IGE, para atendimento do proposto às fls. 672v, com posterior remessa à CAD.

5ª IGE, em 10/07/2019.

Ana Raquel C. B. Bastos
Auditor de Controle Externo – 5ª IGE/SGCE
Matrícula 40/901.257-6

Carlos M. [illegible]
Inspetor Se[illegible]
Matrícula 40/901.352-5

De acordo
À 7ª IGE, em prosseguimento
Em 23/07/19

Heron Alexandre Moraes Rodrigues
Inspetor Geral – 5ª IGE/SGCE
Matrícula 40/901.319-4

Recebido hoje
7ª IGE/SGCE
24/07/2019

Joana Cristina Lopes Farias
Técnico de Controle Externo
Matrícula: 40/900.660

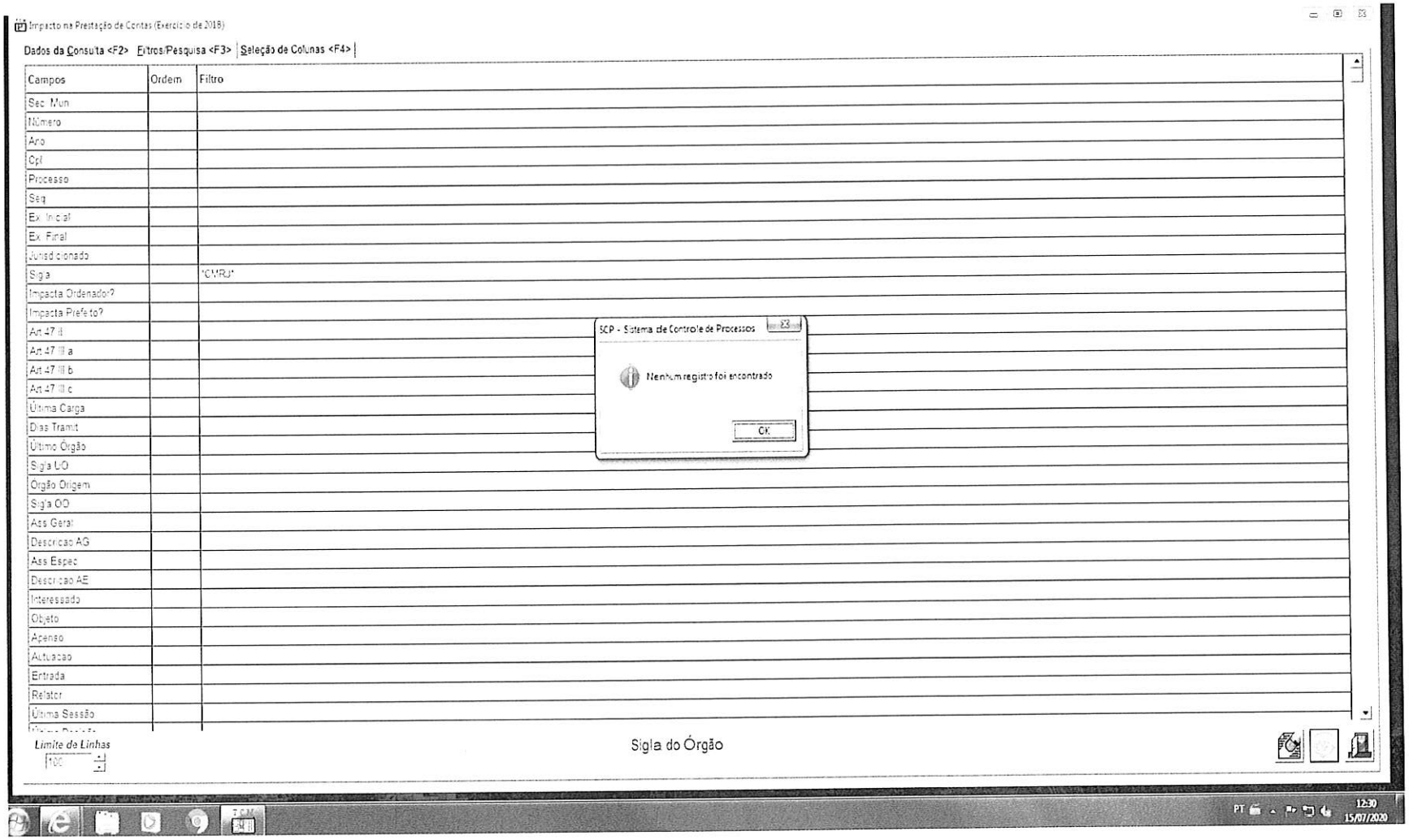
Remetam-se os presentes autos à SGCE, consoante solicitação do Sr. Secretário Geral.

06/08/2013

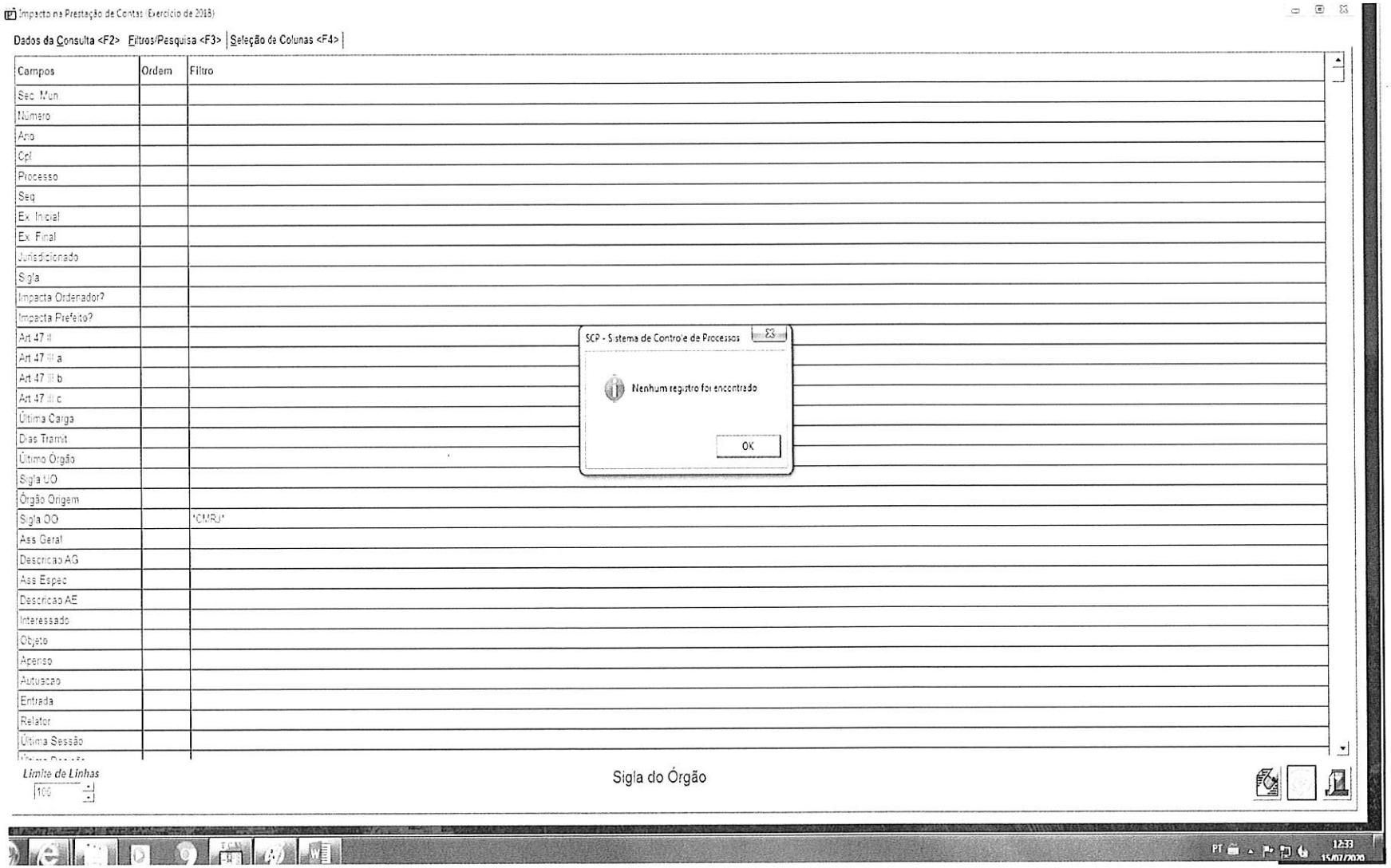
JORGE LUÍS C. P DA MOTA
Inspetor Geral – 7ª IGE/SGCE
Matr. 40/901.652 - TCMRJ

RECEBIDO EM 06/08/13

MARCELO MARINHO DE ARAÚJO
Assistente - SGCE
Matr. 80/900.737 - TCMRJ


Impacto na Prestação de Contas (Exercício de 2018)
Dados da Consulta <F2> Filtros/Pesquisa <F3> Seleção de Colunas <F4>
Campos
Ordem
Filtro
Sec Mun
Número
Ano
Cpl
Processo
Seq
Ex Inicial
Ex Final
Jurisdicionado
Sigla
"TCMRJ"
Impacta Ordenador?
Impacta Prefeito?
Art 47 II
Art 47 III a
Art 47 III b
Art 47 III c
Última Carga
Dias Tramit
Último Órgão
Sigla UO
Órgão Origem
Sigla OO
Ass Geral
Descricao AG
Ass Espec
Descricao AE
Interessado
Objeto
Apenso
Atuacao
Entrada
Relator
Última Sessão
SCP - Sistema de Controle de Processos
Nenhum registro foi encontrado
OK
Limite de Linhas
100
Sigla do Órgão
PT
12:30
15/07/2020

0681


Impacto na Prestação de Contas (Exercício de 2018)
Dados da Consulta <F2> Filtros/Pesquisa <F3> Seleção de Colunas <F4>
Campos
Ordem
Filtro
Sec Mun
Número
Ano
Cpl
Processo
Seq
Ex Inicial
Ex Final
Jurisdicionado
Sigla
Impacta Ordenador?
Impacta Prefeito?
Art 47 II
Art 47 III a
Art 47 III b
Art 47 III c
Última Carga
Dias Tramit
Último Órgão
Sigla UO
Órgão Origem
Sigla OO
'CMRJ'
Ass Geral
Descricao AG
Ass Espec
Descricao AE
Interessado
Objeto
Apenso
Autuacao
Entrada
Relator
Última Sessão
SCP - Sistema de Controle de Processos
Nenhum registro foi encontrado
OK
Limite de Linhas
100
Sigla do Órgão
PT
12:33
15/07/2020

ÍNDICE

1. EMENTA 1

2. INTRODUÇÃO 1

3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 1

4. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO TCMRJ 2

4.1. Rol de Responsáveis 3

5. HISTÓRICO BREVE 4

6. EXAME TÉCNICO REALIZADO PELO CONTROLE INTERNO 5

7. ANÁLISE DA GESTÃO REALIZADA PELO TCMRJ 9

8. CONCLUSÃO 11

9. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO 12

1. EMENTA

Processo:	CMRJ 03191/2019
Objeto:	Prestação de Contas de Gestão – exercício de 2018
Unidade jurisdicionada:	CMRJ – Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Responsáveis:	Jorge Miguel Felippe Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva Antonio Jose Papera de Azevedo Carlo Ferreira de Caiado Castro Cláudio Bonfim de Castro e Silva Felipe Michel
Proposta:	Em decisão definitiva, julgar as contas REGULARES.

2. INTRODUÇÃO

Cuidam os autos da prestação de contas anual da CMRJ – Câmara Municipal do Rio de Janeiro, relativa ao exercício de 2018.

O processo de prestar contas, no que tange a recursos públicos, é um instrumento de transparência e de consequente indução do controle social, precisando para isso ser construído de forma inteligível para a população, de maneira que se reverta em informações úteis na avaliação da gestão pelo cidadão, permitindo a esse concluir acerca da qualidade dos serviços prestados e, ainda, identificar como interagir na melhoria dos processos e na vigilância dos seus representantes.

3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O processo de contas foi organizado na forma das seguintes normas:

- Deliberação TCMRJ nº 218[1], de 9 de novembro de 2015;

[1] Dispõe sobre a instauração, organização e encaminhamento do processo de prestação de contas dos ordenadores de despesas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ e do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - FECMRJ.

- Deliberação TCMRJ nº 266, de 28 de maio de 2019 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – RITCMRJ);
- Lei Municipal nº 5.372[2], de 10 de abril de 2012; e
- Lei Municipal nº 289, de 25 de novembro de 1981 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – LOTCMRJ).

A prestação de contas foi organizada, analisada e certificada pela Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CGCM, na forma das normas anteriormente mencionadas.

Importante informar que, não obstante as competências dos órgãos integrantes da Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE estabelecidas por meio da Deliberação nº 242[3], de 27 de junho de 2017, esta Secretaria avocou a análise e instrução das prestações de contas de gestão referentes ao exercício de 2018, a fim de dar prosseguimento ao objetivo estratégico de racionalizar os processos de controle por meio da padronização, da automatização e da uniformização da estrutura das instruções processuais desta Corte de Contas, em consonância com as diretrizes utilizadas no trabalho realizado na Meta 8, do Anexo I – Metas 2019, da Deliberação nº 265[4], de 06 de novembro de 2018.

4. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO TCMRJ

Consta do presente processo a documentação a seguir, conforme previsto no art. 160[5], do RITCMRJ.

[2] Cria a Controladoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e dá outras providências.
[3] Dispõe sobre a competência dos órgãos da Secretaria Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio Janeiro e dá outras providências.
[4] Aprova as Metas para a Política de Gestão por Resultados do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, de que trata a Deliberação nº 233, de 04 de abril de 2017.

[5] Art. 160 – Integrarão os processos de prestação ou tomada de contas, inclusive o de tomada de contas especial, dentre outros documentos determinados pelo controle interno, os seguintes elementos:

Item	Peças	Sim	Não	n/a
I	Rol de responsáveis.	X		
II	Relatório de gestão, emitido pelos responsáveis, se for o caso.	X		
III	Relatório do tomador de contas, quando couber.			X
IV	Todas as informações acerca dos recursos orçamentários e extraorçamentários, utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pela unidade ou entidade ou pelos quais ela responda.	X		
V	Relatório de auditoria sobre a gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, emitido pelo órgão de controle interno competente.	X		
VI	Certificado de auditoria, emitido pelo órgão de controle interno competente.	X		
VII	Parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas.	X		
VIII	Pronunciamento do Secretário Municipal ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, supervisor da área à qual está vinculada ou subordinada a unidade jurisdicionada, sobre as contas e o Certificado de auditoria do órgão de controle interno competente, atestando haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas e detalhando as ações a serem adotadas para sanar as deficiências apontadas.	X		

4.1. Rol de Responsáveis

A tabela a seguir apresenta as informações dos responsáveis, durante o período abrangido pela presente prestação de contas, conforme Regimento Interno desta Corte de Contas.

Nome dos responsáveis	
Mesa Diretora	**Nome:** Jorge Miguel Felippe **Cargo:** Presidente **Período:** 01/2018 a 12/2018

Nome dos responsáveis	
	Nome: Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva **Cargo:** 1º Vice-Presidente **Período:** 01/2018 a 12/2018
	Nome: Antonio Jose Papera de Azevedo **Cargo:** 2º Vice-Presidente **Período:** 01/2018 a 12/2018
	Nome: Carlo Ferreira de Caiado Castro **Cargo:** 1º Secretário **Período:** 01/2018 a 12/2018
	Nome: Cláudio Bonfim de Castro e Silva **Cargo:** 2º Secretário **Período:** 01/2018 a 12/2018
	Nome: Felipe Michel **Cargo:** 1º Suplente **Período:** 01/2018 a 12/2018

5. HISTÓRICO BREVE

A CGCM organizou o presente processo, em atendimento ao artigo 6º[6] da Lei Municipal nº 5.372/2012.

É informado que toda documentação prevista no Anexo da Deliberação TCMRJ nº 218/2015 foi anexada, além de outras consideradas relevantes pela Controladoria, conforme fls. 3-5. Com base nessa documentação, a CGCM elaborou o Relatório CGCM nº 001/2019, às fls. 631-660.

A partir do relatório, foram emitidos Certificado de Auditoria e Parecer, ambos na modalidade COM RESSALVAS, conforme fls. 662 e 664, respectivamente.

Posteriormente, em atendimento ao disposto no art. 40, inciso IV[7], da Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, e no art. 160, inciso VIII[8], do RITCMRJ, a CGCM encaminhou os

[6] Art. 6º - A Prestação de Contas da Câmara Municipal será organizada pela Controladoria Geral da Câmara Municipal.

autos ao Excelentíssimo Sr. Presidente da CMRJ, com vistas à Mesa Diretora, conforme Ofício CG Nº 14/2019, às fls. 2, para conhecimento (fls. 668).

Por fim, a Mesa Diretora da CMRJ encaminhou o p.p. ao TCMRJ, em observância ao preceituado nos normativos anteriormente mencionados, conforme expediente às fls. 671.

6. EXAME TÉCNICO REALIZADO PELO CONTROLE INTERNO

A CGCM informa que os exames realizados por meio do RAG nº 001/2019, constante do presente processo de Prestação de Contas, restringiram-se:

- à apuração do grau de implementação das ações para sanar as fragilidade e oportunidades de melhoria apontadas no Relatório CGCM 001/2018, que trata da prestação de contas de gestão referente ao exercício de 2017 (processo CMRJ nº 03059/2018);
- à apuração do grau de implementação das ações para sanar as fragilidades e oportunidades de melhoria apontadas nos Relatórios CGCM 002/2018, que trata de auditoria no almoxarifado, e 003/2018, que trata de levantamento do fluxo de pagamento de pessoal;
- à verificação do balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e das notas explicativas, quanto à forma de apresentação e observância ao que prescreve a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

---

[7] Art. 40 - Integrarão a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno ou em ato próprio, os seguintes:
[...]
IV - pronunciamento do Secretário Municipal supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas; e

[8] Art. 160 - Integrarão os processos de prestação ou tomada de contas, inclusive o de tomada de contas especial, dentre outros documentos determinados pelo controle interno, os seguintes elementos:
[...]
VIII - pronunciamento do Secretário Municipal ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, supervisor da área à qual está vinculada ou subordinada a unidade jurisdicionada, sobre as contas e o certificado de auditoria do órgão de controle interno competente, atestando haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas e detalhando as ações a serem adotadas para sanar as deficiências apontadas.

- à análise do controle patrimonial com base em relatório emitido pela respectiva comissão inventariante;
- ao exame das execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais do exercício;
- à verificação dos duodécimos recebidos pela Câmara Municipal, mediante confronto dos valores registrados com os extratos bancários; e
- à verificação do cumprimento dos limites legais estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Comunica, ainda, que os exames se basearam em testes, de acordo com os princípios de auditoria, na extensão julgada necessária, portanto podem não refletir necessariamente todos os problemas.

No item 4 do Relatório (fls. 637-639), é relatado o seguinte cenário de execução orçamentária:

Em R$

Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Saldo da Dotação
675.203.178,00	675.203.178,00	575.265.642,19	544.519.779,40	544.133.053,94	99.937.535,81

A CGCM relata persistir diferença, já apontada no Relatório 001/2018, referente às contas de gestão de 2017, entre os restos a pagar inscritos calculados pela Diretoria de Finanças e a Contabilidade da CMRJ, devido à parâmetros utilizados por cada setor. A questão foi objeto de ponto de auditoria, registrado no Relatório 003/2018 e está descrito em seção específica também no Relatório 001/2019, considerado em implementação.

O Controle Interno da CMRJ descreve também, às folhas 639-642 (item 5 do Relatório), a execução orçamentária e financeira do Fundo Especial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – FECMRJ, instituído pela Lei Municipal nº 5.131, de 17 de dezembro de 2009, conforme se vê a seguir.

Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Saldo da Dotação
9.992.478,00	34.204.478,00	25.488.305,26	21.649.910,25	21.649.868,60	8.716.172,74

Quanto à movimentação financeira, foi verificada redução de cerca de 80% nas disponibilidades do FECMRJ, devido, especialmente, à transferência de R$ 40.000.000,00 à Prefeitura do Rio de Janeiro para pagamento de despesas de pessoal da área da saúde, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 1.349/2018, seguida do pagamento de restos a pagar diversos.

O Controle Interno indica que, segundo a Diretoria Geral de Administração, a CMRJ atingiu as metas pré-estabelecidas no PPA, com poucas exceções (fls.642-644).

Às fls. 644-645, são apresentados quadros indicativos do cumprimento de todos os limites constitucionais e legais relativos às despesas do Poder Legislativo.

No item 9 do Relatório 001/2019 (fls. 646), a CGCM relata ter realizado auditoria no almoxarifado da Câmara, cujos resultados foram descritos no Relatório de Auditoria CGCM 002/2018. As fragilidades referentes a esse trabalho são abordadas em seção própria do relatório das contas de 2018.

Em relação ao controle patrimonial da CMRJ (fls. 647-648), a CGCM analisou o Relatório de Inventário Físico de Bens Permanentes de 2018, emitido por Comissão Inventariante. Os trabalhos para a produção do relatório foram realizados com base em amostragem, por meio da conferência dos bens relacionados nos Termos de Responsabilidade fornecidos pela Divisão de Patrimônio. A partir desse trabalho, a Controladoria descreve as inadequações a seguir:

> [...]
> a) inexistência de Termos de Responsabilidade para a totalidade dos núcleos cadastrados, conforme relatório gerado pelo Serviço de Frequência, que relacionou 149 núcleos ativos;
> b) transferência de bens entre unidades gestoras sem a devida abertura de processo de transferência, acarretando desatualização da relação de bens por unidade e dos respectivos Termos de Responsabilidade;
> c) quantidade razoável de bens não localizada pela Comissão; por outro lado, diversos bens foram localizados, mas não estavam relacionados nos termos, demonstrando falta de controle das movimentações; conforme já descrito no item "b";
> d) assinatura de Termos de Responsabilidade por pessoas sem prerrogativas para tal, conforme estabelecido nas Resoluções da Mesa Diretora nºs 7.995/2012 e 4.720/2002;

e) desatualização do Manual Operacional do Encarregado de Núcleo, que faz menção à Resolução da Mesa Diretora nº 593/1983, que foi totalmente revogada pela Resolução da Mesa Diretora nº 4.720/2002;
f) substituição de encarregado de núcleo sem a devida formalização de comunicação à Divisão de Patrimônio, acarretando na ausência de prestação de contas dos bens para efetivação da dispensa do encarregado substituído, em desrespeito ao contido na Resolução da Mesa Diretora n.º 4.720/2002.

O relato da CGCM a respeito dos processos de pronto pagamento, às fls. 648-649, indica não terem sido verificadas divergências entre as concessões e as liquidações.

Quanto às contratações (fls. 650-651), a CMRJ ressalta que está adotando providências para o treinamento de servidores na utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, após formalização de Termo de Adesão junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia), o que permitirá a utilização do pregão eletrônico. Atualmente a modalidade mais adotada pela CMRJ é o pregão presencial.

Em relação às demonstrações contábeis (fls. 652-653), a CGCM conclui que estão sendo observados os princípios e normas que disciplinam a matéria, em especial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A seguir, apresentam-se, no relatório, as fragilidades identificadas em exercícios anteriores e durante 2018 e que não haviam sido implementadas até o momento da confecção do Relatório 001/2019. Foram identificadas 16 fragilidades pendentes de implementação, decorrentes de 3 relatórios de auditoria distintos. Dessas fragilidades, 12 geraram recomendações e 4 oportunidades de melhoria, conforme descrito no item 14 do Relatório (fls. 653-659). A Controladoria classificou 12 das fragilidades como em andamento e 4 como reiteradas.

Por fim, a CGCM conclui pela regularidade com ressalva da gestão na utilização dos recursos públicos alocados à Câmara, referente ao exercício financeiro de 2018, conforme as fragilidades descritas no item 14 do Relatório.

Destarte, considerando as principais informações, conforme sintetizado a seguir, o Controle Interno finaliza sua análise emitindo Certificado de Auditoria e Parecer (fls. 662 e 664, respectivamente) referentes a presente Prestação de Contas do ano de 2018 na Modalidade COM RESSALVAS.

Follow-up:	16 fragilidades pendentes de solução.
Novas fragilidades:	Não há.
Principais pontos do Certificado:	"...não foram evidenciados fatos relevantes que comprometam a utilização dos recursos públicos geridos por este Casa. No entanto, foram constatadas algumas fragilidades, que estão devidamente apresentadas no Relatório de Auditoria nº 001/2019, como recomendações."
Parecer:	Modalidade COM RESSALVAS

7. ANÁLISE DA GESTÃO REALIZADA PELO TCMRJ

Incialmente, ponderoso reiterar que as Inspetorias Gerais de Controle Externo – IGE's e a Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento – CAD, órgãos integrantes da SGCE, possuem atribuições que lhes são conferidas por meio da Deliberação nº 242, fiscalizando suas jurisdicionadas ao longo de cada exercício.

Com o objetivo de subsidiar a análise das prestações de contas, as IGE's e a CAD registram no Sistema de Controle de Processos – SCP do TCMRJ os processos de fiscalização previstos nos arts. 202[9] e 218[10] do RITCMRJ, relacionados aos órgãos e entidades sob suas áreas de atuação, pendentes de decisão que possam ser enquadrados no art. 47, incisos II e III[11], da Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981.

---

[9] Art. 202. São instrumentos de fiscalização utilizados pelo Tribunal:
I – as auditorias;
II – os levantamentos;
III – as inspeções;
IV – as visitas técnicas;
V – os acompanhamentos; e
VI – os monitoramentos.

[10] Art. 218. Para assegurar a eficiência do controle e instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos e contratos de que resultem receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe para tanto, em especial:
[...]

[11] Art. 47 - As contas serão julgadas:

Em pesquisa ao mencionado Sistema, realizada por esta Secretaria, a fim de proceder à análise e à instrução desta prestação de contas, verificou-se a inexistência do registro de quaisquer processos enquadrados na condição mencionada anteriormente, conforme fls. 674-675.

A análise da atividade fim da CMRJ não se enquadra entre as competências constitucionais e legais desta Corte de Contas, tendo em vista seu caráter legislativo. Assim, a avaliação operacional a respeito do funcionamento da Casa Legislativa recai sobre os seus serviços assessórios, ou seja, sobre sua gestão administrativa.

Conforme exposto às fls. 347, a Câmara Municipal possui apenas um programa, 0003 – Atualização Legislativa da CMRJ, para o qual não são previstos produtos específicos. No entanto, a partir das diretrizes orçamentárias previstas no Plano Plurianual, foram estabelecidas algumas ações e metas a serem realizadas, todas relacionadas a atividades de apoio e à gestão de recursos para melhor funcionamento da Casa ou comunicação com a população.

As informações constantes nos autos indicam que a CMRJ cumpriu a maioria das metas previstas, conforme relatado no Relatório da CGCM, às fls. 644.

Ressalta-se também a economia de recursos que, segundo relatado às fls. 340-342, permitiu repasse de recursos da CMRJ ao Poder Executivo, com vistas a auxiliar no enfrentamento da crise fiscal.

Assim, em síntese, após exame da documentação constante do presente processo de prestação de contas, esta Secretaria Geral corrobora a análise e conclusão formuladas pelo Controle Interno, registrando-se que as fragilidades apontadas pela CGCM poderão ser objeto de recomendação por esta Corte, haja vista, ainda, o cumprimento dos limites constitucionais e legais pelo Poder Legislativo Municipal.

[...]
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário; ou
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
a) grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico; ou
c) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

8. CONCLUSÃO

A Controladoria Geral apresentou o resultado do *follow-up* das fragilidades apontadas em auditorias anteriores, informando que há 16 fragilidades não sanadas (12 recomendações e 4 oportunidades de melhoria). Dessas fragilidades, 12 foram classificadas pela CGCM como em andamento e 4 como reiteradas.

Com relação à análise efetuada por esta Corte de Contas, no que se refere à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, não houve quaisquer instrumentos de fiscalização previstos nos arts. 202 e 218 do RITCMRJ que pudessem se enquadrar no art. 47, incisos II e III, da Lei nº 289/1981, conforme item 7.

Já com relação à análise da gestão operacional, conforme analisado no item 7, não se identificou qualquer impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.

Dessa forma, considerando as análises efetuadas por esta Secretaria; o parecer CGCM, emitido na modalidade COM RESSALVAS; e a finalidade do Controle Interno prevista no art. 96, inciso IV[12], da LOMRJ, esta Secretaria entende que a presente prestação de contas está em condições de ser julgada, nos termos do art. 165[13], do RITCMRJ, como **regulares**.

Cumpre enfatizar, ainda, que, conforme o art. 167[14] do RITCMRJ, a decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, salvo se a matéria tiver sido examinada de forma expressa e conclusiva, hipótese na qual o seu exame dependerá do conhecimento do eventual recurso interposto pela Procuradoria Especial.

---

[12] Art. 96 - Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, instituído por lei, com a finalidade de:
[...]
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

[13] Art. 165 - O Tribunal deverá julgar as tomadas ou prestações de contas até o término do exercício seguinte àquele em que estas lhe tiverem sido apresentadas, ressalvados os casos em que ocorrerem decisões preliminares.

[14] Art. 167. A decisão definitiva em processo de tomada, ou prestação de contas, não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, salvo se a matéria tiver sido examinada de forma expressa e conclusiva, hipótese na qual o seu exame dependerá do conhecimento do eventual recurso interposto pela Procuradoria Especial, na forma do art. 261.

9. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Haja vista o exposto, propõe-se:

I. julgar as contas dos responsáveis a seguir como **REGULARES**, dando-lhes quitação plena, nos termos do art. 47, inciso I[15], c/c art. 48[16], ambos da LOTCMRJ;

Nome dos responsáveis	CPF	Cargo
Jorge Miguel Felippe	200.447.477-72	Presidente da Mesa Diretora
Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva	008.583.007-02	1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora
Antonio Jose Papera de Azevedo	922.549.697-49	2º Vice-Presidente da Mesa Diretora
Carlo Ferreira de Caiado Castro	055.104.357-12	1º Secretário da Mesa Diretora
Claudio Bonfim de Castro e Silva	083.150.117-07	2º Secretário da Mesa Diretora
Felipe Michel	078.411.777-20	1º Suplente da Mesa Diretora

II. recomendar aos responsáveis descritos no quadro anterior, ou a quem lhes haja sucedido, que, no âmbito de suas atribuições funcionais:

Recomendação 1	Envidem providências para corrigir, bem como evitar novas ocorrências das impropriedades descritas nas fragilidades apontadas pela CGCM no Relatório 001/2019.
Achado	Fragilidades apontadas no Relatório CGCM 001/2019.
Motivação	Item 14 do Relatório CGCM 001/2019 e art. 2º, incisos III e VII, da Lei Municipal nº 5.372/2012[17].

[15] Art. 47 - As contas serão julgadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a legitimidade dos atos do responsável;
[16] Art. 48 - Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação plena ao responsável.
[17] Art. 2º - Compete à Controladoria Geral da Câmara Municipal:
[...]
III - examinar as prestações de contas dos ordenadores de despesas da Câmara Municipal e dos responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados ao Legislativo;
[...]
VII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SGCE

Processo CMR/003.191/2019
Data 03/06/2019 Fls.
Rubrica

Márcio Sérgio Fernandes
Assessor Especial/SGCE
Mat. 40/901.484

De acordo.

Ao Gabinete do Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, para distribuição.

.

Fábio Furtado de Azevedo
Secretário-Geral de Controle Externo /SGCE
Mat. 40/901.362

Assinado digitalmente por: FABIO FURTADO DE AZEVEDO em 20/07/2020, MARCIO SERGIO FERNANDES em 20/07/2020 0696

RECEBIDO HOJE.
Gabinete da Presidência
Em. 20/07/2020
FRANCISCO ANTONIO MELO
Mat. 90/302.042-1 - TCMRJ

TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo CMRJ 03191/17
Data 03/06/2019 Fls 690
Rubrica

Gabinete da Presidência

Designo Relator o

Exmº Sr. Conselheiro Ivan Moreira.

Em, 28 de julho de 2020.

Thiers Vianna Montebello
Conselheiro Presidente

28 07 20

28 07 20

0698

PROCURADORIA ESPECIAL
Recebido em 29 / 07 / 2020

Newton Gomes da Silva
40/900.663

Ao Procurador José Ricardo Parreira de Castro
Em 29/7/2020

CARLOS HENRIQUE AMORIM COSTA
Procurador Chefe da Procuradoria Especial

TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Especial
GPR-02

Processo CMRJ 3191/2019
Data 03/06/2019 FLS 691
Rubrica

PARECER JRP nº 456/2020

Em consonância com a manifestação da Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE, desta Corte de Contas, às fls. 676-688, **OPINO pela REGULARIDADE das Contas de Gestão, exercício de 2018**, da **CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – CMRJ**, com **QUITAÇÃO PLENA aos responsáveis, JORGE MIGUEL FELIPE – Presidente da Mesa Diretora; TÂNIA CRISTINA MAGALHÃES BASTOS E SILVA – 1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora; ANTONIO JOSE PAPERA DE AZEVEDO – 2º Vice-Presidente Vice-Presidente da Mesa Diretora; CARLO FERREIRA DE CAIADO CASTRO – 1º Secretário da Mesa Diretora; CLAUDIO BONFIM DE CASTRO E SILVA – 2º Secretário da Mesa Diretora; e, FELIPE MICHEL – 1º Suplente da Mesa Diretora,** nos termos propostos pelo Corpo Instrutivo.

É o parecer s.m.j.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2020.

JOSÉ RICARDO PARREIRA DE CASTRO
Procurador

Assinado digitalmente por: JOSE RICARDO PARREIRA DE CASTRO em 05/08/2020

0700

TRIBUNAL DE CONTAS
TCMRJ

Processo 03191/19
Data 03/06/19 Fls 692
Rubrica

RECEBIDO
Diretoria de Controle Externo
Ivan Moraes
10 / 03 / 2020

JAQUELINE FARIAS DE MORAES
Secretária II - GCS-5
Matr. 96/302.090-6 - TCMRJ

De ordem.

À Secretaria das Sessões, para inclusão em pauta.

Em 24 / 08 / 20

JAQUELINE FARIAS DE MORAES
Secretária II - GCS-5
Matr. 96/302.090-6 - TCMRJ

TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo CMR/003.191/2019
Data 03/06/2019 Fls..
Rubrica CEV

Gabinete do Conselheiro Ivan Moreira dos Santos

EMENTA: FINANÇAS PÚBLICAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. EXERCÍCIO 2018. **CONTAS JULGADAS REGULARES. QUITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. RECOMENDAÇÃO.**

RELATÓRIO/VOTO Nº: 905/2020

Processo nº: **CMR/003.191/2019**

Assunto: Prestação de Contas de Gestão.

Exercício: 2018.

Órgão: Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ.

Tratam os autos da Prestação de Contas anual da CMRJ – Câmara Municipal do Rio de Janeiro, relativa ao exercício de 2018.

A Secretaria Geral de Controle Externo observa em seu relatório P005, que a Controladoria Geral apresentou o resultado do *follow-up* das fragilidades apontadas em auditorias anteriores, informando que há 16 fragilidades não sanadas (12 recomendações e 4 oportunidades de melhoria). Dessas fragilidades, 12 foram classificadas pela CGCM como em andamento e 4 como reiteradas.

Com relação à análise efetuada por esta Corte de Contas, no que se refere à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, não houve quaisquer instrumentos de fiscalização previstos nos arts. 202 e 218 do RITCMRJ que pudessem se enquadrar no art. 47, incisos II e III, da Lei nº 289/1981.

Assinado digitalmente por: IVAN MOREIRA DOS SANTOS em 22/08/2020

0702

Já com relação à análise da gestão operacional, não se identificou qualquer impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.

Dessa forma, considerando as análises efetuadas pela SGCE; o parecer CGCM, emitido na modalidade COM RESSALVAS; e a finalidade do Controle Interno prevista no art. 96, inciso IV, da LOMRJ, a Secretaria Geral de Controle Externo entende que a presente prestação de contas está em condições de ser julgada, nos termos do art. 165, do RITCMRJ, como **regulares**.

Cumpre enfatizar, ainda, que, conforme o art. 167 do RITCMRJ, a decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, salvo se a matéria tiver sido examinada de forma expressa e conclusiva, hipótese na qual o seu exame dependerá do conhecimento do eventual recurso interposto pela Procuradoria Especial.

A douta Procuradoria Especial, em seu Parecer P006, acompanha em todos os seus termos a manifestação da SGCE e opina pela Regularidade das Contas com quitação plena aos responsáveis.

É o relatório.

Em consonância com a manifestação da SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO - SGCE e da douta Procuradoria Especial, **VOTO** pela **REGULARIDADE DAS CONTAS DE GESTÃO**, exercício de 2018, da **CÂMARA**

Assinado digitalmente por: IVAN MOREIRA DOS SANTOS em 22/08/2020

TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo CMR/003.191/2019
Data 03/06/2019 Fls..
Rubrica CEV

Gabinete do Conselheiro Ivan Moreira dos Santos

MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – CMRJ, com **QUITAÇÃO PLENA** aos responsáveis, **JORGE MIGUEL FELIPE** – Presidente da Mesa Diretora; **TÂNIA CRISTINA MAGALHÃES BASTOS E SILVA** – 1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora; **ANTONIO JOSE PAPERA DE AZEVEDO** – 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora; **CARLO FERREIRA DE CAIADO CASTRO** – 1º Secretário da Mesa Diretora; **CLAUDIO BONFIM DE CASTRO E SILVA** – 2º Secretário da Mesa Diretora; e, **FELIPE MICHEL** – 1º Suplente da Mesa Diretora, sem prejuízo da **RECOMENDAÇÃO** para os responsáveis citados, ou quem os tenham substituídos, para que envidem providências para corrigir, bem como evitar novas ocorrências das impropriedades descritas nas fragilidades apontadas pela CGCM no Relatório 001/2019, conforme disposto no relatório P005 da SGCE.

Sala das Sessões, 31 de Agosto de 2020.

IVAN MOREIRA

Conselheiro-Relator

Assinado digitalmente por: IVAN MOREIRA DOS SANTOS em 22/08/2020

Processo nº	
CMR/003191/2019	
Data	Folha
03/06/2019	696
Rubrica	

Certifico que na 18ª **Sessão Virtual**, encerrada em **04/09/2020**, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Thiers Vianna Montebello**, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro **decidiu**, por **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro ***Ivan Moreira dos Santos***, considerar REGULAR com RECOMENDAÇÃO a Prestação de Contas de que trata o presente processo e dar **QUITAÇÃO** ao(s) responsável(is).

Encaminhem-se os autos, **EM DEVOLUÇÃO**, ao órgão de origem.

Secretaria das Sessões, 04/09/2020.

Daniel Abreu Pimenta da Cunha
Substituto eventual da Secretária das Sessões
Matrícula 40/901915 - TCMRJ

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
SERVIÇO DE PROTOCOLO E ARQUIVO
Recebido em 29 / 05 / 20
Às 14:20 hs.
Rubr./Matr. 10/815.031-0

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
Gabinete da Presidência

Processo CMRJ 3191/19
Data 03/06/2019 fls. 697
Rubrica

Processo CMRJ 3191/19

Encaminhe-se à **Secretaria-Geral da Mesa Diretora**, para as devidas anotações, e, sucessivamente, à **Controladoria-Geral**, para as devidas providências, considerando a manifestação do **e. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, às fls. 693/696 do presente processo.

Em de outubro de 2020.

Cesar Abrahão
Chefe de Gabinete da Presidência